



UFAM

Universidade Federal do Amazonas

Centro de Ciências do Ambiente

*Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA*



PPG/CASA

MULHERES DE SANTA LUZIA DA ILHA DO BAIXIO: MODO DE VIDA NA VÁRZEA DO BAIXO SOLIMÕES



Ana Gouvêa Bocchini

Manaus – AM
Agosto de 2013

Ana Gouvêa Bocchini

**MULHERES DE SANTA LUZIA DA ILHA DO BAIXIO:
MODO DE VIDA NA VÁRZEA DO BAIXO SOLIMÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, como
requisito para a obtenção do título de mestre, sob
orientação da Profa. Dra. Katia Helena Serafina
Cruz Schweickardt

Manaus – AM

Agosto de 2013

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Bocchini, Ana Gouvêa
B664m Mulheres de Santa Luzia da ilha do Baixo: modo de vida na várzea do Baixo Solimões. / Ana Gouvêa Bocchini - Manaus: UFAM, 2013.
131f., il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

1. Mulher campesina 2. Camponeses amazônicos 3. Etnografia 4. Sustentabilidade I. Schweickardt, Kátia Helena Serafina Cruz (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (1997) 316.64-055.2(811.3)(043.3)

Ana Gouvêa Bocchini

**MULHERES DE SANTA LUZIA DA ILHA DO BAIXIO:
MODO DE VIDA NA VÁRZEA DO BAIXO SOLIMÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Defendida e aprovada em 30 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt (Presidente)
Universidade Federal do Amazonas

Antonio Carlos Witkoski (membro interno)
Universidade Federal do Amazonas

Manuel Jesus Masulo da Cruz (membro externo)
Universidade Federal do Amazonas

Às mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo.

Agradecimentos

Não posso começar de outra forma se não agradecendo aos moradores e moradoras de Santa Luzia da Ilha do Baixio. Sem eles esta pesquisa não teria acontecido. Todos sempre me receberam muito bem. Abriram as portas de suas casas, me serviram café e conversamos. Agradeço a hospitalidade de todos e, em especial, das mulheres de Grupo de Mulheres Unidas do Baixio. Ao Deca, Valdiza, Ane, Adelson, Aldo, Clarice e a pequena Lohana por terem me acomodado algumas vezes. Com eles tomei café da manhã, almoçamos, jantamos, assistimos à novela, conversamos na varanda...

Agradeço agora minha família. Meu companheiro André e meus filhos João e Luiza. Todos participaram ativamente do meu mestrado. André compartilhando de minhas angústias epistemológicas e desafios do trabalho de campo e em grupo. Sem o André também não teria conseguido ir para campo, que ficou com o João em cada ida. Obrigada por ser um maravilhoso pai. João, com onze meses começou a ir para creche para que eu pudesse fazer as disciplinas do mestrado. Adaptou-se bem, mostrando a criança forte, carinhosa e cooperativa que é. Foi para a Ilha do Baixio quatro vezes e, hoje, com três anos, também criou laços de amizade por lá. Luiza foi para campo dentro da minha barriga algumas vezes. De Kombi, de carro, de barco e de voadeira. Com dois meses conheceu a comunidade. Entre uma mamada e outra escrevia parte deste trabalho e hoje, com sete meses de vida, posso dizer que ela se torna mestra junto comigo!

Aos meus pais. Não só pelas pessoas maravilhosas que são e que muito me ensinam, mas também pelas inúmeras contribuições que meu pai deu com este trabalho e artigos enviados. Minha mãe por me ajudar com meus filhos e, portanto, me permitindo mais tempo de dedicação ao mestrado!

Ao grupo de pesquisa e extensão, coordenado pela Professora Kátia e composto pelo Claudioney, Álvaro, Thaís, Frederico, Gil, Rebeca, Cléo e Karina: pelos vários momentos agradáveis que passamos juntos. A Rosa e a Kika, pelas suas contribuições com o grupo de mulheres.

Aos professores do PPG-CASA, em especial Teca e Henrique pela relação mais próxima que criamos e pelas disciplinas que participei com eles. Aos colegas de turma,

em especial Claudioney, Joice, Gilmara e Lene (doutorado), com quem criei uma maior afinidade.

Ao CNPQ, pela minha bolsa e financiamento do projeto *Mulheres da Floresta*. Antônio Carlos e Maria Inês pelas contribuições na aula de qualificação.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente participaram do meu mestrado, na convivência durante estes dois anos e meio de caminhada: amigos dos velhos tempos, meus irmãos e amigos manauaras!

Resumo:

A mulher camponesa tem conquistado mais visibilidade em vários pontos da Amazônia através de sua participação na luta por terras, em defesa da floresta e dos recursos naturais. O modo de vida dos camponeses amazônicos, e de modo especial das mulheres, possui uma relação estreita com os rios, onde a várzea é parte importante da sua vida que é intimamente ligada ao movimento das águas. Nesta perspectiva, a partir de um estudo etnográfico realizado em 2011 e 2012, na comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo - município de Iranduba, várzea do Baixo Solimões, estado do Amazonas – este trabalho tem o objetivo de refletir como se articula a noção de sustentabilidade com a percepção que as mulheres da várzea amazônica têm sobre seu modo de vida. Desta forma, o primeiro capítulo – *“Meu dia-a-dia é muito corrido”: a mulher camponesa de Santa Luzia da Ilha do Baixo* –, trata da “experiência etnográfica” (Clifford, 1998), apresentando o modo de vida das mulheres camponesas de Santa Luzia da Ilha do Baixo a partir de descrições e análises da comunidade da família e do trabalho. O segundo capítulo – *“As mulheres são que nem os homens”: relações de gênero nas organizações sociais da Ilha* – analisa as relações de poder expressas na noção de gênero, a partir da dinâmica das organizações sociais que mais se destacam na ilha. Por fim, no terceiro capítulo – *“E estão falando tanto em meio ambiente...”: conexões entre Santa Luzia da Ilha do Baixo e sustentabilidade* – fazemos uma breve análise crítica do conceito de *desenvolvimento sustentável* e, com isso, procuramos compreender as conexões possíveis entre as camponesas do Baixo e a noção de sustentabilidade, principalmente através do processo de organização social das mulheres. A noção de sustentabilidade apresentada pelos moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo e em especial pelas mulheres, durante a etnografia realizada, procura incorporar essa *visão holística* da sociedade. Suas preocupações estão muito mais no campo da educação e da saúde, mas também questionam elementos sobre o cotidiano, que envolvem a qualidade da água e dos alimentos e o problema da destinação do lixo.

Palavras-chave: *relações de gênero, camponato, Amazônia, etnografia, várzea.*

Sumário

| | |
|--|-----|
| Índice de figuras | 9 |
| Introdução | 12 |
| Capítulo I – “Meu dia-a-dia é muito corrido”: a mulher camponesa de Santa Luzia da Ilha do Baixo | 21 |
| A comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo | 22 |
| Família | 39 |
| “Trabalho” | 48 |
| Capítulo II - “As mulheres são que nem os homens”: relações de gênero nas organizações sociais da Ilha | 56 |
| Organizações sociais de Santa Luzia da Ilha do Baixo | 59 |
| Os grupos entre si | 72 |
| Afinal, as mulheres são iguais aos homens? | 74 |
| Capítulo III - “E estão falando tanto em meio ambiente...”: conexões entre Santa Luzia da Ilha do Baixo e sustentabilidade | 77 |
| Campeinato e sustentabilidade na várzea | 79 |
| O caso da “Terra das Hortaliças” | 85 |
| Camponesas do Baixo | 92 |
| Considerações finais | 98 |
| Bibliografia | 102 |
| Anexo I – aprovação da pesquisa no comitê de ética CEP/UFAM | 107 |
| Anexo II – Relação das viagens à campo | 109 |
| Anexo III - árvores genealógicas | 111 |
| Anexo IV – termos de consentimento | 114 |

Índice de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Canoa transportando sofá novo. Julho de 2012. Foto de Ana Bocchini | 12 |
| Figura 2: Morador fazendo “maromba” em sua casa. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini | 12 |
| Figura 3: Santa Luzia da Ilha do Baixo em abril de 2012. Foto de Ana Bocchini | 18 |
| Figura 4: Igreja de Santa Luzia. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini..... | 18 |
| Figura 5: mapa de localização da Ilha do Baixo. Fonte: Claudioney Guimarães, 2012. | 23 |
| Figura 6: Santa Luzia da Ilha do Baixo em junho de 2011. Foto de Ana Bocchini | 25 |
| Figura 7: Santa Luzia da Ilha do Baixo em julho de 2012. Foto de Ana Bocchini | 25 |
| Figura 8: Escola Municipal Santa Luzia utilizada pelo grupo de mulheres. Outubro de 2012. Foto de Ana Bocchini..... | 26 |
| Figura 9: Centro Social Maria Jardelina. Fevereiro de 2012. Foto de Ana Bocchini. | 26 |
| Figura 10: Dona Fátima cuidando de suas plantas. Julho de 2012. Foto de Ana Bocchini | 31 |
| Figura 11: Caderno de receitas de remédios caseiros. Julho de 2012. Foto de Ana Bocchini | 31 |
| Figura 12: grupo de jovens fazendo artigos de ornamentação na V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini | 33 |
| Figura 13: Concurso de “Miss hortaliças” na V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini..... | 33 |
| Figura 14: <i>VI Festa das Hortaliças. Novembro de 2012. Fotos de Claudioney Guimarães.....</i> | 34 |
| Figura 15: <i>Outdoor de divulgação da V Festa das Hortaliças na sede de Iranduba. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini</i> | 34 |
| Figura 16: Igreja sendo confeccionada para a maquete na V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini..... | 37 |
| Figura 17: Maquete sendo montada para a V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini..... | 37 |
| Figura 18: Família de Dona Sabá. Julho de 2012. Foto de Ana Bocchini | 40 |
| Figura 19: Família de Seu Raimundo e Marleide. Abril 2012. Foto de Ana Bocchini | 40 |
| Figura 20: Dona Vita com filhos, neto, nora e bisneta. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini ... | 42 |
| Figura 21: Valdiza e Deca na varanda de sua casa. Abril 2012. Foto de Ana Bocchini..... | 42 |

| | |
|--|----|
| Figura 22 – Área central de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Setembro de 2011. Foto de Ana Bocchini | 43 |
| Figura 23: Raimunda na sala de sua casa. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini | 44 |
| Figura 24: Dona Severina e vizinha na cozinha de sua casa. Julho 2012. Foto de Ana Bocchini | 44 |
| Figura 25: “Casa do INCRA”. Julho 2012. Foto de Ana Bocchini | 45 |
| Figura 26: “Casa do INCRA”. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini..... | 45 |
| Figura 27: “Casa do INCRA” na enchente. Abril 2012. Foto de Ana Bocchini | 46 |
| Figura 28: “Casa do INCRA” ampliada. Abril 2012. Foto de Ana Bocchini | 46 |
| Figura 29: Área de roçado. Março 2012. Foto de Ana Bocchini..... | 50 |
| Figura 30: Área de roçado. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini..... | 50 |
| Figura 31: Casa de Dona Valdiza. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini..... | 55 |
| Figura 32: Ane preparando almoço para família. Julho 2012. Foto de Ana Bocchini | 55 |
| Figura 33: <i>Mulheres preparando alimentos para a V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Diego Oliveira</i> | 56 |
| Figura 34: <i>Homens trabalhando nos preparativos da V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Claudioney Guimarães</i> | 56 |
| Figura 35: <i>Igreja católica Santa Luzia na época da cheia. Julho de 2012. Foto Gilmara Arouca</i> | 63 |
| Figura 36: <i>Igreja representada em camiseta pintada à mão por integrante do Grupo de Mulheres. Outubro 2012. Foto de Ana Bocchini</i> | 63 |
| Figura 37: <i>plantação de pepino. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini.</i> | 67 |
| Figura 38: <i>Casas com roçado ao fundo. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini.....</i> | 67 |
| Figura 39: <i>Mulheres reunidas na escola. Dezembro de 2011. Foto de Ana Bocchini.</i> | 70 |
| Figura 40: <i>Mulheres com camisetas pintadas à mão. Outubro de 2012. Foto de Ana Bocchini. 70</i> | |
| Figura41: <i>Mulheres produzindo bolsas de juta. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini</i> | 71 |
| Figura42: <i>Exposição de bolsas e tapetes na UFAM. Junho de 2012. Foto de Kátia Schweickardt</i> | 71 |
| Figura 43: <i>Barraca para venda dos produtos do Grupo de Mulheres na V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Diego Oliveira</i> | 73 |
| Figura 44: <i>jovens na preparação da ornamentação da VI Festa das Hortaliças. Novembro de 2012. Foto de Claudioney Guimarães</i> | 73 |

| | |
|---|-----------|
| <i>Figura 45 – lixo acumulado nos quintais das casas. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini.....</i> | <i>77</i> |
| <i>Figura 46- Grupo de Mulheres Unidas do Baixio fazendo dinâmica sobre o olhar. Agosto de 2011. Foto de Ana Bocchini.....</i> | <i>77</i> |
| <i>Figura 47 - Área de roçado de Dona Aldair. Mudanças de pimenta e plantação de melancia ao fundo. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini.....</i> | <i>80</i> |
| <i>Figura 48 - Área de roçado de Dona Aldair. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini.</i> | <i>80</i> |
| <i>Figura 49: cozinha da casa de Dona Vita. Abril de 2012.</i> | <i>82</i> |
| <i>Figura 50: Dona Moça na cozinha de sua casa. Abril de 2012.</i> | <i>82</i> |
| <i>Figura 51: Caminhão da comunidade. Novembro de 2011. Foto de Rondinei.....</i> | <i>86</i> |
| <i>Figura 52: Dona Moça carregando garrafas de água potável. Dezembro de 2011. Foto de Ana Bocchini.</i> | <i>86</i> |
| <i>Figura 53 – canteiro suspenso. Julho de 2012. Foto de Ana Bocchini.</i> | <i>91</i> |
| <i>Figura 54 – ramal para comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio. Novembro de 2011. Foto de Diego Oliveira.</i> | <i>91</i> |
| <i>Figura 55 – mulheres amarrando maços de couve e cebolinha para venda. Novembro de 2011. Foto de Claudioney Guimarães.</i> | <i>93</i> |
| <i>Figura 56 – Valdiza preparando alimentos. Fevereiro de 2012. Foto de Ana Bocchini.</i> | <i>93</i> |
| <i>Figura 57: foto postada no facebook pela Nonata, integrante do Grupo de Mulheres Unidas do Baixio em 26/05/2013.....</i> | <i>96</i> |
| <i>Figura 58: aniversário de dois anos da Lohana. 24 de fevereiro de 2013.</i> | <i>96</i> |
| <i>Figura 59 – Grupo de Mulheres Unidas do Baixio em visita ao teatro Amazonas em Manaus. Foto de Diego oliveira. Junho de 2012.</i> | <i>97</i> |

Introdução

Dez de julho de 2012. O clima na Ilha do Baixo é de recomeço. Depois da cheia recorde, quando quase todas as casas foram inundadas, o rio volta a secar. No período de vazante, aqueles que saíram de casa durante a cheia retomam a seus lares. Os que fizeram maromba¹, já a desfazem. As aulas voltaram hoje, algumas pessoas vão a Manaus para comprar móveis novos. Ao navegar de canoa pela comunidade, ouvimos as pessoas trabalhando em suas casas, arrumando uma tábua, fazendo faxina (Ana Gouvêa Bocchini, trecho de diário de campo, 2012).

2012 foi o ano que os rios do Amazonas atingiram sua maior cheia. O Solimões atingiu seu nível mais alto na história, superando o então recorde em 1953. A vida em Santa Luzia da Ilha do Baixo é marcada pelo pulso enchente, cheia, vazante e seca do Rio Solimões. Na época da cheia o trabalho na pesca ou na agricultura é feito de uma forma; na seca, de outro. A forma como se locomovem também varia de acordo com a sazonalidade da água, ora via fluvial, ora via terrestre. No rio, crianças, homens e mulheres vivem seus momentos de trabalho e de lazer, dependendo dele e da floresta para quase tudo. O rio, ali, é a essência. Para quem vive nas várzeas, o rio é muito mais que um referencial geográfico.



Figura 1: Canoa transportando sofá novo. Julho de 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 2: Morador fazendo "maromba" em sua casa. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini

A forma como os moradores da várzea interagem com o ambiente vem ganhando espaço nos debates sobre a questão ambiental e a sustentabilidade. Aqueles que vivem na várzea são constantemente confrontados por ações desenvolvimentistas

¹ Maromba é um assoalho elevado feito para suspender móveis e eletrodomésticos, e para andar pela casa quando a água do rio sobe muito.

contraditórias: ora as políticas buscam estimular a implantação de empreendimentos agropecuários e instrumentar a exploração de peixe e madeira para aumentar sua produtividade, ora estabelecem regulamentos que limitam a exploração dos recursos naturais visando proteger as espécies do esgotamento, apoiando também iniciativas locais de manejo (Lima, 2004).

Em uma corrente contra o atual sistema², os princípios ambientais do desenvolvimento fundamentam-se numa crítica à homogeneização dos padrões produtivos e culturais, reivindicando os valores da pluralidade cultural e da preservação das identidades étnicas dos povos.

Se a incompatibilidade entre a economia e a ecologia for de fato inerente ao nosso modelo de sociedade industrial capitalista, é possível concluir que o lugar ocupado pelos diversos tipos de movimentos ambientalistas é de resistência. Assim sendo, a parceria com populações locais inclui mais que a convergência de interesses (apoiar a permanência de um modo de vida de baixo impacto ambiental X fazer a tradução ecológica de reivindicações sociais). Significa também a soma de resistências à lógica econômica que justifica e incentiva uma exploração depredatória do meio ambiente, uma resistência ao sistema atual capitalista (LIMA, 2004, p.59).

Este movimento contra a lógica de desenvolvimento capitalista, denominado por movimento ecológico, ganhou visibilidade a partir do famoso relatório do Clube de Roma, no início da década de 1970.

O primeiro relatório do Clube de Roma prevenia o mundo inteiro de que a continuação do crescimento econômico e industrial, no mesmo ritmo e segundo as mesmas modalidades do passado, arrastaria o conjunto da biosfera, e conseqüentemente toda a humanidade, para a catástrofe. O movimento ecológico reuniu-se e cristalizou-se, então, em torno de um mito, assaz simplista em minha opinião, o próprio oposto da complexidade: o mito do crescimento zero (...). Porém, o primeiro relatório do Clube de Roma representou uma etapa importante no desenvolvimento de um pensamento planetário. Compreende-se, a partir daí, que o problema ecológico não se limita a diferentes ecossistemas separados, mas implica toda a biosfera e o conjunto da humanidade (MORIN, 1997, p. 56-57).

² O modelo econômico baseado no sistema capitalista leva a degradação ambiental e a destruição da base de recursos, além de não contemplar em seus princípios as formas de organização produtivas e modos de vida das sociedades tradicionais, povos indígenas e comunidades camponesas (LEFF, 2000).

A discussão acerca da questão ambiental, então, deixa de ser tarefa específica de alguns poucos estudiosos e pesquisadores e o meio ambiente passa a ser visto como um elemento constitucionalizado. A preocupação com a manutenção ou recuperação da qualidade dos ambientes, sejam eles remanescentes naturais, áreas urbanas ou agrícolas, são cada vez mais gritantes e dizem respeito ao dia a dia das pessoas. Recentemente, o Estado, organizações não governamentais, meios de comunicação e a sociedade, passam a debater questões referentes à poluição do ar e dos rios, à degradação ambiental e ao uso insustentável dos recursos naturais. Estes novos comportamentos estão relacionados à reflexividade social proposta por Giddens (1991), já que sugerem uma mudança em padrões de comportamento social e do Estado. Ainda nesta linha, Lopes (2004) refere-se a criação de novas agências e órgãos responsáveis pela elaboração de propostas e pelo controle de questões socioambientais, bem como de critérios legais para o atendimento de demandas socioambientais, como o licenciamento ambiental.

A proposta da sustentabilidade surgiu no final do século XX como parte do processo de reflexão para o equacionamento desses problemas. Dentre as várias definições existentes sobre sustentabilidade, podemos estabelecer que o termo implica na manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro, para que tanto as necessidades atuais quanto aquelas do futuro possam ser igualmente satisfeitas (Afonso, 2006).

A partir da década de 1960, uma série de requisitos foi estabelecida no sentido de possibilitar a descentralização dos processos produtivos e propor alternativas aos padrões tecnológicos impostos pela ordem internacional homogeneizante (LEFF, 2000). Esta noção é derivada do conceito de desenvolvimento sustentável, fruto de reflexões e debates ocorridos desde a década de 1960 e consolidados no relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU em 1987. Sua definição tornou-se clássica e objeto de um grande debate mundial: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades”.

A força e a fraqueza dessa definição encontram-se justamente nessa fórmula vaga, pois deixam-se em aberto quais seriam as necessidades humanas atuais, e mais ainda as das gerações futuras. Introduce-se a noção da intergeracionalidade no conceito de sustentabilidade, associando-a à noção de justiça social (redução das desigualdades sociais e direito de acesso aos bens necessários a uma vida digna) e aos valores éticos (compromisso com as gerações futuras) (NASCIMENTO, 2012, p. 54).

Neste contexto, no seio dos debates acerca de propostas de novas alternativas que visem a sustentabilidade, comunidades rurais, indígenas e camponesas ganharam destaque por apresentarem maior capacidade de conservar ou recuperar suas práticas tradicionais. Cavalcanti descreve os indígenas e os povos tradicionais como povos que possuem “ricas percepções acerca de uma ordem superior da realidade, na qual a economia se integra com a natureza, a organização social, a cultura e o mundo sobrenatural” (CAVALCANTI, 2003, p. 2-3). Assim, os povos da região amazônica passam a ter maior visibilidade, havendo um reconhecimento do baixo impacto da produção familiar sobre o ambiente, sendo representados pelo que Almeida (2008) chama de “terras tradicionalmente ocupadas”: aquelas que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza.

Os camponeses³ amazônicos têm uma cultura elaborada por dinâmicas e caracterizações específicas da região. A Amazônia expõe, nas calhas dos seus rios, uma diversidade de modos de vida, relacionados não apenas ao uso e posse das áreas de terra firme, mas também ao uso e as formas de domínio sobre as áreas de várzea (Fraxe, 2000; Witkoski, 2007) e sobre as águas nas quais seus habitantes praticam atividades econômicas. Não só na terra firme, mas também nas áreas de várzea e sobre as águas, constroem caminhos, casas e escolas flutuantes ou de palafitas, que representam a dinâmica do convívio com a água, da relação com o ambiente de várzea.

As terras que incidem em áreas de várzea pertencem ao governo brasileiro, sendo de *domínio público*, com sua utilização norteada por regras oficiais sem autorização para emissão de títulos definitivos. Dessa forma, a várzea é pública e de

³ A escolha pelo uso do termo “camponês” é referenciada no primeiro capítulo deste trabalho.

uso comum⁴, podendo ser da União ou dos Estados federados dependendo da propriedade das águas. Se as águas pertencerem a União, a várzea será federal, se for estadual a várzea será estadual, pois o leito alargado do rio segue a mesma natureza do domínio das águas (Benatti, 2002).

Porém, sabe-se que historicamente, muitas áreas de várzea foram povoadas dando origem a diversas comunidades de camponeses ribeirinhos, que formaram territórios específicos, retirando seu sustento da agricultura, da caça e da pesca e articulando-se em maior ou menor grau com o mercado. Dessa forma, novas políticas e legislações para a regularização fundiária, uso de recursos naturais estão sendo implementadas com o objetivo de assegurar o uso sustentável do ambiente e apoiar projetos ambientais encaminhados pela população local. “É a primeira vez na história da Amazônia que o modo de vida da população ribeirinha desperta tanto interesse político” (LIMA, 2005, p. 337). A região amazônica passa então por uma reconfiguração simbólica.

Estudos sobre gênero na Amazônia mostram que as mulheres “têm logrado avançar em suas lutas por melhores condições de vida, através da melhoria de produtos extraídos da floresta e de sua comercialização e, mais recentemente, pela entrada na educação formal, que às vezes inclui a ambiental” (SIMONIAM, 2001, p. 50). Por outro lado, os problemas vividos pelas mulheres continuam recebendo pouca atenção por parte do Estado e/ou agências financiadoras, e, portanto, não contam quando o que interessa é o desenvolvimento. “As mulheres são, no máximo, encontradas como parte das famílias locais e nunca como protagonistas” (SIMONIAM, 2001, p. 57).

Considerar as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas como *trabalho* foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Diversos estudos de autoras feministas (PINTO, 1992; SIMONIAM, 2001; PACHECO, 2002; COSTA, 2005; PAULILO, 2009; LISBOA & GARIBOTTI, 2010; entre outras) mostram que as mulheres têm papel preponderante na gestão dos recursos naturais devido a sua responsabilidade na provisão de alimentos para o sustento da

⁴ Voltadas para fruição coletiva, mas insuscetíveis de apropriação individual, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças (Código Civil, artigo 98, I).

família. O cultivo e a coleta de frutos, raízes, lenha, ervas e plantas medicinais, cuidados com os animais, com suas casas e com a água, são atividades que requerem um aguçado conhecimento do ecossistema onde vivem e das peculiaridades dos ciclos naturais.

O convívio com a variação cíclica no nível das águas dos rios, típico da várzea amazônica, influencia um modo de vida particular, marcado pelo processo rítmico dos processos sociais. As épocas de cheia, vazante, seca e enchente resultam em mudanças nas condições de transporte, no acesso à água, nos alimentos disponíveis, e nas produções extrativistas. A alimentação diária mais frequente em toda a várzea é o peixe e a farinha. As mulheres estão envolvidas com a agricultura, que, na várzea, se distingue pela alta vinculação ao ritmo das águas. A casa construída sobre palafitas, uma canoa ou um casco, um remo, instrumentos de pesca e uma roça, são ícones básicos da sobrevivência na várzea. Simoniam (2001) argumenta que pelo conhecimento que as mulheres têm da várzea, elas contribuem como usuárias e como gestoras de todo um sistema de biodiversidade e agroecologia.

Dentro deste contexto, questionamos: como se articula a noção de sustentabilidade com a percepção que as mulheres da várzea amazônica têm sobre seu modo de vida?

Apresentamos então este trabalho⁵, que é fruto de um estudo etnográfico realizado em Santa Luzia da Ilha do Baixo, uma comunidade de várzea, localizada no baixo Solimões, município de Iranduba, no Amazonas. Como território, a Ilha do Baixo comporta três comunidades, sendo a comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo a mais expressiva em número de moradores e em expressão política, com maior representatividade e atuação.

⁵ Esta pesquisa foi um subprojeto do Projeto de Pesquisa intitulado “Mulheres da Floresta: Memória, Território e Políticas Públicas nas Várzeas do Amazonas”, protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 0034.0.115.000-11 aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, conforme anexo I.



Figura 3: Santa Luzia da Ilha do Baixio em abril de 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 4: Igreja de Santa Luzia. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini

É nessa comunidade que as festas, encontros e decisões políticas sobre a Ilha ganham maior representatividade. As duas outras comunidades surgiram recentemente, devido a interesses religiosos diferentes e devido à necessidade de certa autonomia política em relação à demanda por projetos. A economia da ilha é baseada na agricultura familiar com destaque para a produção de melancia, jerimum e hortaliças.

Baseada principalmente em procedimentos adotados pela sociologia e antropologia, esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com recursos metodológicos combinados: descrição etnográfica, observação participante e realização de entrevistas.

O etnógrafo, segundo Geertz (1989), *observa, registra e analisa*. Dentro dessa concepção, a pesquisadora fez treze viagens à Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, além de um encontro com as mulheres em Manaus⁶, quando, a partir da observação participante e realização de entrevistas, buscava uma melhor compreensão da realidade envolvida. Procuramos entrar em contato direto com o dia-a-dia da comunidade, observando e apreendendo seu cotidiano, criando uma relação sujeito-sujeito, onde o pesquisador e o sujeito são colocados no mesmo plano. Foram escritos diários de campo, complementados com a produção de fotografias e filmagens para registro e posterior análise da realidade em foco. Partes destes registros são encontradas neste trabalho.

⁶ Tabela com datas das viagens a campo em anexo II.

Clifford (1998) considera a observação participativa um método privilegiado da antropologia, desenvolvido a partir do trabalho de campo, que implica um grau de envolvimento direto e um desarranjo das expectativas pessoais e culturais. É um meio de se produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo.

Contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: captando o sentido das ocorrências e gestos específicos através da empatia; e tentando situar estes significados em contextos mais amplos. Acontecimentos singulares, assim, adquirem uma significação mais profunda ou mais geral, regras estruturais e assim por diante (CLIFFORD, 1998, p. 33).

É então, na observação participativa, que o conhecimento é permeabilizado pela experiência, pelos cheiros, pelos olhares, pelos sentimentos. Após uma fase inicial de leituras e revisão bibliográfica, quando se vai a campo e realiza a observação participativa, passamos a lidar com “pessoas de verdade”, com seus dramas, sofrimentos, alegrias, trabalhos, festas. “Vejo-me diante de gente de carne e osso. Gente boa e antipática, gente sabida e estúpida, gente feia e bonita” (Da MATTA, 1974, p. 2).

Neste contato direto com as pessoas, além das observações participativas, realizamos entrevistas com mulheres moradoras da comunidade. As entrevistas abordaram questões sobre seu modo de vida, procurando identificar, em suas narrativas, possíveis relações com a ideia de sustentabilidade. Sem uma amostra pré-definida, durante as observações participantes, identificamos diferentes atores para as entrevistas: mulheres de diferentes idades, associadas ou não a grupos organizados, agricultoras, donas de casa, professoras, estudantes e homens para que, dentre outras informações, também falassem de sua visão sobre as mulheres da comunidade.

Com base no que foi apresentado até aqui, este trabalho está organizado em três capítulos, que foram escritos durante e após momentos intensos de campo em 2011 e 2012. O primeiro – *“Meu dia-a-dia é muito corrido”: a mulher camponesa de Santa Luzia da Ilha do Baixo* –, trata da “experiência etnográfica” (Clifford, 1998), apresentando o modo de vida das mulheres camponesas de Santa Luzia da Ilha do Baixo a partir de descrições e análises da comunidade (seu histórico, aspectos da educação e saúde, festas organizadas e relações sociais que mantem com o mundo

urbano), da família (como se organiza a casa e as relações de parentesco) e do trabalho (agricultura familiar, trabalhos domésticos e assalariados).

O segundo capítulo – *“As mulheres são que nem os homens”*: relações de gênero nas organizações sociais da Ilha – analisa as relações de poder expressas na noção de gênero, a partir da dinâmica das organizações sociais que mais se destacam na ilha.

Por fim, no terceiro capítulo – *“E estão falando tanto em meio ambiente...”*: conexões entre Santa Luzia da Ilha do Baixio e sustentabilidade – fazemos uma breve análise crítica do conceito de *desenvolvimento sustentável* e, com isso, procuramos compreender as conexões possíveis entre as camponesas do Baixio e a noção de sustentabilidade, principalmente através do processo de organização social das mulheres.

Capítulo I – “Meu dia-a-dia é muito corrido”: a mulher camponesa de Santa Luzia da Ilha do Baixo

“Meu dia-a-dia é muito corrido” foi o que muitas moradoras de Santa Luzia da Ilha do Baixo responderam ao serem questionadas sobre suas atividades diárias. Envolvidas no trabalho doméstico, na agricultura e nas atividades da comunidade, as mulheres são protagonistas na vida da Ilha. Neste capítulo, ao descrever o modo de vida dos moradores dessa comunidade – com maior atenção às mulheres –, pretende-se mostrar a adequação do conceito de campesinato para as populações rurais não indígenas da várzea amazônica.

Os modelos de desenvolvimento fundados nos valores da modernidade⁷ atravessaram o século XX deixando de lado os grupos sociais que mantem em seus modos de vida vínculos com costumes e culturas *tradicionais*⁸. Como contraponto, o discurso em torno das *questões ambientais* tem trazido à tona formas tradicionais de trabalho, muitas vezes inventadas ou tornadas visíveis com base numa economia que considera o valor dos recursos naturais.

Dentre os grupos sociais que vem ganhando destaque nos debates ambientais e sendo classificados como *tradicionais*, estão aqueles que vivem na várzea amazônica. Atualmente, embora o interesse pelo assunto tenha origem internacional, com o discurso sobre desenvolvimento sustentável, os camponeses amazônicos ganham visibilidade, afirmando seu modo de vida e conquistando direitos (SCHWEICKARDT, 2012). A mulher camponesa, igualmente, tem conquistado mais espaço em vários

⁷ O conceito de modernidade refere-se a um estilo de vida que emergiu na Europa, a partir do século XVII e que depois se tornou mais ou menos comum em outras localidades do mundo. Atualmente a modernidade é vista por alguns autores da sociologia como fatigada em suas possibilidades de realização histórica, como se tivesse chegado a seu fim, cedendo lugar ao chamado *pós-modernidade*. Alguns autores, entretanto, preferem designar o momento da modernidade em sua contemporaneidade, guiada por um conjunto de elementos sociais, culturais, econômicos e ambientais bastante próprios como desdobramento da própria modernidade.

⁸ O termo *tradicional* sempre nos remete ao passado, a aquilo que é praticado por um grupo social da mesma maneira, há muitos anos. Porém, a tradição “é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa” (GIDDENS, 1991, p. 44).

pontos da Amazônia através da participação na luta por terras, em defesa da floresta e dos recursos naturais. O modo de vida dos camponeses amazônicos tem relação estreita com os rios, onde a várzea é parte importante da vida, que é intimamente ligada ao movimento das águas.

O estudo etnográfico realizado em 2011 e 2012 na Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo permitiu realizar uma breve descrição de aspectos locais acerca (a) da comunidade – histórico, educação e saúde, festas organizadas e relações sociais que mantem com o mundo urbano–, (b) da família – como se organizam a casa e as relações de parentesco- e (c) do trabalho - agricultura familiar, trabalhos domésticos e assalariados.

Descrever a dinâmica de uma comunidade, o modo de vida de seus moradores é um desafio frente à “multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras” (GEERTZ, 1989, p. 7). Ao descrever aspectos, por exemplo, da agricultura, automaticamente estaremos descrevendo como se dão os processos de aprendizagem entre as gerações. Ou então, ao falar sobre saúde e educação, estaremos também nos remetendo às relações que Santa Luzia da Ilha do Baixo mantem com o mundo urbano, representado por Iranduba e pela capital do estado, Manaus. Dessa forma, a organização deste capítulo tem o intuito de sistematizar tantas informações colhidas em dois anos de trabalho através dos registros em diário de campo, fotografias e entrevistas, o que não significa que os aspectos aqui descritos e analisados estejam desconectados.

A comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo

Localizada no baixo Solimões, município de Iranduba, estado do Amazonas, Santa Luzia da Ilha do Baixo fica a 15 km da sede do município e a 25 km de Manaus. Surgiu no final da década de 1940 e hoje tem uma população estimada em 450 pessoas distribuídas em 115 famílias.

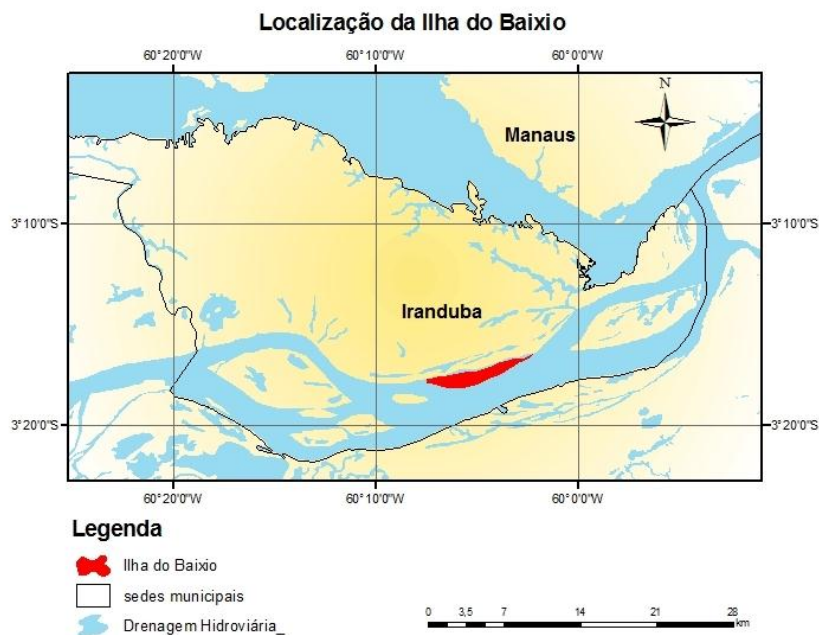


Figura 5: mapa de localização da Ilha do Baixio. Fonte: Claudioney Guimarães, 2012.

Ao longo das calhas dos rios da Amazônia, hoje, os assentamentos humanos ou localidades do interior são conhecidos como comunidades. Dona Sabá, de 52 anos, fala de Santa Luzia da Ilha do Baixio: “A comunidade aqui... Não tenho o que falar. Todo mundo gosta de todo mundo... Quando tem alguma coisa todo mundo ajuda...” (Entrevista com Dona Sabá⁹, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012). O termo comunidade tem muitos significados, revelando um lugar de gente que se conhece e partilha um mesmo espaço, em seus diversos aspectos.

Ser de uma comunidade é quase como que possuir um sobrenome, ter uma identidade, que significa mais que uma delimitação física (...). Ser de uma comunidade indica pertencimento a um grupo determinado, e não a outro. É estar vinculado por laços de parentesco e afinidade. É ter relações de vizinhança, que mesmo possuindo semelhanças com as demais comunidades do rio, possuem também várias diferenças. (SCHWEICKARDT, 2012, p.48-49).

Dona Moça expressa um pouco essa ideia de comunidade como um lugar de partilha quando diz:

Ah... A comunidade aqui é alegre... Quando é tempo de festejo todo mundo se reúne pra trabalhar em comunidade, junto, né? E aí, a

⁹ A referência de todos entrevistados será dada pelo nome como são chamados e conhecidos na comunidade, conforme acordado em termo de consentimento, anexo IV.

gente vai levando a vida assim, um ajudando os outros. Eu acho assim, que o pessoal tem uma união uns com os outros. Quando tem alguém doente, aí tão ligando, pergunta “como tá fulano?”. Se preocupa, tá entendendo? (Entrevista com Dona Moça, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

Além das ajudas nos momentos de doença, também observamos momentos de caronas, almoços, pescarias, visitas às casas dos outros, encontros na escola, mutirões, entre outras atividades cotidianas que criam e recriam entre as famílias relação de amizades, e também de desentendimentos, como observamos na fala de Dona Páscoa:

Eu quero que a comunidade se desenvolva em benefício de todas as pessoas. Mesmo que eu seja seu parente, ou não seja, que ela se desenvolva naturalmente, em benefício de todos, não só porque eu sou seu parente... Porque a comunidade toda participa, mas quando chega na hora... É só para um grupo... Eu não sei se toda comunidade é assim, talvez seja... (Entrevista com Dona Páscoa, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 25/04/2012).

Os irmãos João e José Alves dos Santos, casados com as irmãs Maria da Glória e Maria Jardelina, foram os fundadores da comunidade. Vindos de Pernambuco para trabalhar na extração do látex no período da borracha, decidiram começar uma nova vida na Ilha do Baixio.

A mamãe falou para ele (seu pai, Seu João) vir. (...) Aí ele ficou por ali e disse “eu vou também”. Aí veio os três, né? Veio a mamãe, veio a sogra dele... Eu vim também né? Só que eu estava muito novinho, com seis meses. (...) Aí vieram e deste passeio ficaram... Não faz muito tempo não, apenas 64 anos! (Entrevista com Raimundo Lula, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 4/11/2011).

Antes de ir para o Baixio, a família morava em Careiro da Várzea, numa região conhecida como Pacatuba, quando ficaram sabendo da Ilha do Baixio, uma propriedade particular que o dono estava vendendo ou arrendando para quem quisesse lá morar e trabalhar. A sogra e a cunhada de Seu João começaram a trabalhar em um roçado na área, principalmente com a plantação de juta.

Eu gostei daqui, da localidade. Meu irmão já tinha trabalhado parece que um mês e pouco aí. E viu um lugar bonito. Peguei um pessoal aí que era dono daqui do terreno e queria arrendar. Aí foi que eu fui e arrendei 100 metros de terra. Até hoje estes 100 metros de terra tá

aqui! (Entrevista com Seu João, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 4/11/2011).

Na época, a plantação de juta era a principal atividade desenvolvida, mas também tinham destaque plantações de milho, mandioca e feijão de praia, além da caça de jacaré, para a comercialização do couro, que complementava a renda das famílias. Hoje Santa Luzia da Ilha do Baixo é conhecida na região por ser uma grande produtora de hortaliças.



Figura 6: Santa Luzia da Ilha do Baixo em junho de 2011. Foto de Ana Bocchini



Figura 7: Santa Luzia da Ilha do Baixo em julho de 2012. Foto de Ana Bocchini

Nos relatos ouvidos durante a realização da pesquisa percebemos que a história da comunidade muitas vezes se confunde com a história da escola, uma fazendo parte da outra. Por volta de 1950 os irmãos João e José foram quem organizaram a primeira turma do colégio.

A escola

A escola, em Santa Luzia da Ilha do Baixo, é uma instituição importante. Tudo acontece nela. Além de atualmente oferecer os três níveis de ensino – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – aos moradores da comunidade, funciona como uma espécie de centro social. Algumas reuniões das associações e todas do grupo de mulheres acontecem nas dependências da escola. A comunidade dispõe de um Centro Social, mas as mulheres preferem usar a Escola para as reuniões. Conversando com as mulheres do “Grupo Mulheres Unidas do Baixo”¹⁰ elas justificam o uso da escola, e não do Centro Social, por causa da infraestrutura, já que alii dispõem

¹⁰ O “Grupo de Mulheres Unidas do Baixo” é uma associação das mulheres da comunidade. Hoje tem cerca de 30 integrantes e realiza encontros para debater questões da comunidade, além de produzir artigos de artesanato para venda. Trataremos desse grupo no segundo capítulo.

de banheiro e cozinha. A escola e o Centro Social são vizinhos, distam apenas alguns passos um do outro, o que não as impediria de ir até a escola para usar o banheiro e a cozinha, caso fizessem suas reuniões no Centro Social. Acontece, porém, que as mulheres não têm o sentimento de pertencimento em relação ao Centro Social como têm com a escola, que faz parte de suas vidas como estudantes, professoras, funcionárias e mães de alunos. Aqui fica visível a ideia de espaço físico como a retificação do espaço social e das relações sociais. “Em ‘Efeitos de Lugar’, Bourdieu (1997) sugere desconfiar das definições dos lugares construídas a partir das ‘ausências’, porque ao fazê-lo podemos estar evocando não ‘realidades’, mas fantasmas” (SCHWEICKARDT, 2012, p. 93).



Figura 8: Escola Municipal Santa Luzia utilizada pelo grupo de mulheres. Outubro de 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 9: Centro Social Maria Jardelina. Fevereiro de 2012. Foto de Ana Bocchini.

Por volta de 1950 as aulas começaram em um flutuante que ganhou o nome de Escola São Gabriel. Com o tempo, novas turmas se formaram e as aulas eram dadas nas casas dos professores. Em 1963 já havia cerca de 50 alunos e as aulas eram dadas em paióis por duas professoras: Celeste Lopes e Dona Páscoa.

Saiu uma professora e ela perguntou do meu pai se eu queria ficar trabalhando. Ele falou comigo, eu disse que ia ficar, mas eu não tinha experiência. Eu tinha só a quinta série. Mas naquela época não era preciso tanta experiência. O pessoal só queria aprender o português e a matemática, né? (Entrevista com Dona Páscoa, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 14/09/2011).

O período em que a comunidade não tinha um prédio escolar é tido como uma época em que os moradores passavam dificuldades e tinham um ensino de má qualidade:

Eu me formei professor pela vontade que eu tinha de ajudar o pessoal daqui, porque quando eu era criança, com sete anos de idade eu tive que sair da escola para ajudar meus pais a trabalhar. E quando eu tinha nove anos é que eu fui aprender a escrever o meu nome, num curso que chamava Mobral. Eu tenho este certificado até hoje! Tá lá, guardadinho! Aí então a gente estudou aquele período e fez as provas e tal, então... Ensinava o nome e já recebia o certificado! Como não tinha a escola à noite aqui e a gente trabalhava durante dia, não tinha como a gente estudar. Aí eu estudei alguns dias assim, particular, uma senhora, que morava aqui mesmo, Maria Mendonça, por sinal é minha madrinha. A gente pagava pra ela, dava um dinheirinho e ela ensinava algumas coisinhas assim básicas, pra mim, meus irmãos, e outros colegas também, daqui da comunidade (Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 10/07/2012).

Em 1980, a prefeitura de Careiro da Várzea construiu uma escola, fase que marcou a chegada do supletivo do primeiro grau.

Era muito sofrido, nessa época era muito complicado, questão de condições mesmo, não tinha material pedagógico, então para a gente aprender era complicado, os professores que ensinavam a gente não tinham qualificação para ensinar os alunos, ensinavam com força de vontade mesmo pra que os alunos aprendessem a ler, a escrever... Mas não tinha qualificação, tinha muitos que tinha até a 4ª série e já ensinava a gente. Pra ti ter uma ideia, eu fui repetir a quarta série três vezes, porque não passava da quarta aqui, só tinha a quarta, pra continuar estudando, pra não parar né? E tinha um livro que eu já sabia de cor e salteado (risos) porque eu passei três anos estudando ele, tinha as lições e até hoje a gente tem até gravado lição daquele tempo. E depois disso daí chegou o supletivo aqui na ilha do baixo. Pelo menos para a gente concluir o ensino fundamental (Entrevista com Nei, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).

Três anos depois, em 1983, a prefeitura de Iranduba construiu outra escola, a Escola Municipal Santa Luzia, em homenagem a padroeira da comunidade. Com as constantes enchentes o prédio foi destruído e, durante oito anos, entre 1995 e 2003, a comunidade ficou sem um prédio escolar. Nesse período os alunos tinham aulas na Igreja Católica e na sede do time de futebol.

Em 2003 foi inaugurada a atual escola, que passou a funcionar nos três turnos, da Educação Infantil até a 8ª série. Em 2006 passou a funcionar a primeira turma de Ensino Médio e, em 2007, foi implantado o Ensino Médio por intermediação tecnológica. Hoje a escola tem 134 alunos e 14 profissionais.

Eu tenho isso aí como uma vitória muito grande. Porque aqui ninguém sai pra estudar em outro canto. Nós temos professores formados aqui, gente fazendo a pós-graduação, nunca saiu daqui. E isso aí é uma vitória muito grande, porque... Eu me preocupei do meu filho estar em uma grande cidade e eu aqui, trabalhando sozinho. E eu não estou olhando ele, não estou sabendo o que ele tá fazendo. E eu já metia isso na minha cabeça, esse mundo de droga que a gente tá vivendo. Estamos criando nossos filhos e pra mim isso é uma coisa muito grande, dar este passo para que este povo não se deslocasse daqui. Ele (filho) trabalhava e estudava, ele me ajudava (Entrevista com Lula Filho, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 4/11/2011).

Mas Valdir, atual diretor da escola, diz que ainda há muita coisa para ser melhorada. “A gente nunca espera que fique do jeito que esta, a gente sempre espera que melhore. A gente nunca vai fazer perfeito, porque perfeito só Deus. Mas nós vamos procurar fazer ali pertinho! (risos)” (Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

Algumas mulheres entrevistadas demonstraram preocupação em relação à continuidade dos estudos para os jovens que terminam o Ensino Médio na Ilha, como a Clarice, de 18 anos, que terminará o Ensino Médio em 2013. “Eu tenho vontade de continuar estudando. Quero fazer direito. Mas nunca ouvi falar se tem aqui no Iranduba” (Entrevista com Clarice, Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012). E Suzana, de 20 anos:

Terminei o Ensino Médio em 2010 aqui nessa escola. Faz é tempo que eu não estou estudando mais... Mais por causa do meu filho, porque ele nasceu e eu não pude fazer faculdade nem nada... Eu tenho vontade de fazer, mas só não sei qual. Medicina... Eu gosto muito. Mas eu estou esperando ele crescer mais um pouquinho. Sempre tive vontade, mas agora ele é muito pequenininho. E sou só eu e o pai dele, não tem com quem deixar ele... E o pai dele trabalha... (Entrevista com Suzana, Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

E Dona Raimunda, de 38 anos, relata seu sonho: “De meus filhos estudarem, formar assim, virar professor...” (Entrevista com Raimunda, Santa Luzia da Ilha do Baixio, 24/02/2012). Valdiza tem 51 anos e três filhos jovens que terminaram há pouco tempo o Ensino Médio na escola de Santa Luzia. Ela diz que muitos jovens que vão a

Manaus fazer faculdade não se adaptam com a cidade grande, acabam retornando ao Baixo e desistindo do curso.

Porque eles estudaram desde a infância aqui... Que pudesse estudar e trabalhar na própria comunidade... Tem muito jovem que quer ficar aqui. Dificilmente o que quer ir para a cidade porque tem muitos jovens que já foram, mas não conseguiram ficar lá. Não se acostumaram com a vida da cidade. O maior sonho da gente é que nossos filhos pudessem continuar a estudar aqui mesmo. (Entrevista com Valdiza, Santa Luzia da Ilha do Baixo, 10/07/2012).

Saúde

A comunidade não tem posto de saúde. Conta apenas com agentes de saúde que moram na Ilha do Baixo e com a visita mensal de um médico. Com isso, as pessoas vão para Iranduba ou Manaus para realizar consultas médicas e exames.

Eu queria que tivesse um posto de saúde que pudesse atender as pessoas. Eu queria um médico frequente... Porque agora o médico vem de mês em mês, que viesse pelo menos uma vez na semana na comunidade (...). Quando eu preciso vou pro Iranduba, ou pra Manaus. Porque o Iranduba não tem todos os tipos de máquinas, de coisas assim, para fazer vários exames que precisa... (Entrevista com Dona Fátima, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 3/11/2011).

É comum os moradores de Santa Luzia do Baixo comentarem a precariedade do atendimento à saúde na comunidade. Ao mesmo tempo em que tiveram grandes conquistas em relação à educação, a atenção à saúde é quase inexistente.

Por outro lado, muitas mulheres cultivam plantas medicinais, sendo os remédios caseiros de uso comum, por diferentes gerações. Suzana, de 20 anos, conta:

Quando é só uma febre, uma gripe, a gente faz remédio caseiro e dá. Eu cultivo as plantinhas, mas a alagação levou tudo. Minha mãe que me ensinou. Eu tinha erva cidreira, malvaíscos, tinha porama, eu tinha o pobre velho, tinha manjericão... Aí a gente faz chá, faz o banho (...). Aí, quando secar eu planto de novo (risos)! (Entrevista com Suzana, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).

Dona Fátima, 55 anos, é conhecida por possuir uma boa horta de plantas usadas na medicina caseira.

Eu tiro um pedaço só para eu plantar minhas plantinhas. Estas plantas medicinais que eu plantei, mana é uma cultura da minha

família. Meus avós, minha mãe que me ensinaram. O pessoal me procura muito. (...) Tenho planta que serve pra gastrite, para gripe. Outra para dor de cabeça, para resfriado. Para vários tipos de doença eu tenho (...). Eu acho que eu puxei um pouco pra minha mãe. Porque minha mãe gostava tanto de trabalhar no roçado, como em casa (Entrevista com Dona Fátima. Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 3/11/2011).

O conhecimento tradicional do cultivo de plantas medicinais é uma atividade exercida exclusivamente por mulheres, como relata Dona Sabá de 53 anos:

Tem saracura, hortelã... Aqui todo mundo planta suas plantas de remédio. Todo mundo sabe fazer chá... Quando você não tem uma planta, uma vai à casa da outra... A gente planta de tudo, de remédio... Aí uma já sabe e conta, "Olha, tal planta serve pra isso"... Aí a gente aprende, uma com as outras... E todo mundo já sabe. E graças a Deus funciona! (Entrevista com Sabá, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

Percebemos nas três falas destacadas acima que o conhecimento das receitas de remédio caseiro - como plantar, como fazer e como usar – é passado de mãe para filha, e também trocado entre comadres, vizinhas e parentes.

Uma das dimensões mais importantes nas lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um "território" familiar, um lugar de vida e trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores (WANDERLEY, 1996, p. 11).



Figura 10: Dona Fátima cuidando de suas plantas. Julho de 2012. Foto de Ana Bocchini

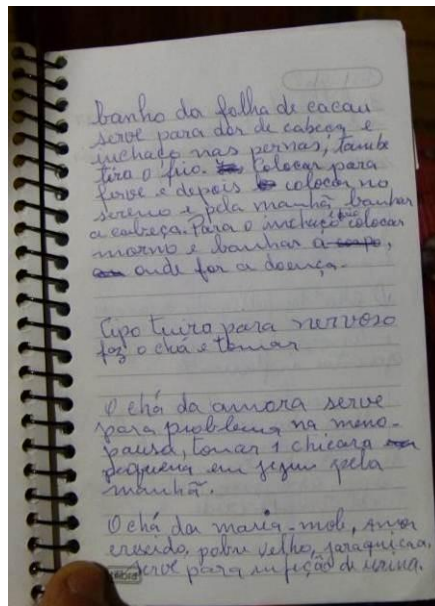


Figura 11: Caderno de receitas de remédios caseiros. Julho de 2012. Foto de Ana Bocchini

Além do cultivo das plantas medicinais, algumas mulheres desempenham o papel de benzedeiras e, até poucos anos atrás, de parteiras:

Nunca tive um filho em hospital. Foram catorze. Doze estão vivos. Até morreu a mulher que era minha parteira... Aqui tinha uma parteira boa, que era irmã do João Lula, mas morreu também. Agora as mulheres vão para Manaus ter bebê. Meus 14 filhos eu tive na minha casa, graças a Deus. Eu nunca cumpri um resguardo. Eu vejo essas mulheres hoje em dia, meu Pai... Meu resguardo mesmo era cinco dias. Com cinco dias eu já tomava conta da minha casa. (Entrevista com Dona Vita, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 26/04/2012).

Não nasci em Manaus e voltei pra cá não, foi uma parteira mesmo. Nasci aqui mesmo na Ilha do Baixo. Eu completei 32 anos domingo passado (Entrevista com Nei, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).

Todos estes conhecimentos são transmitidos através das gerações em um processo constante de ressignificação do modo de vida.

Festas e eventos

Santa Luzia da Ilha do Baixo tem três eventos importantes por ano. O primeiro deles, assim que o rio começa a baixar, é a Copa do Baixo, um campeonato de futebol valorizado pelos moradores:

É um dos maiores e melhores eventos esportivos aqui dentro do município né? Que congrega em torno de cinco municípios vizinhos (...). Todo mundo quer e gosta de jogar aqui. Mesmo porque o pessoal daqui é um pessoal que não gosta de violência, então as pessoas se identificam com isso, né? E a gente costuma tratar bem todo mundo e cada ano que passa, graças a Deus, tem aumentando ainda mais o número de participantes (Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

O segundo grande evento é em novembro, a Festa das Hortaliças, durante um final de semana, nas noites de sexta e sábado. Este é o evento em que a comunidade recebe o maior número de visitantes. Raimundo Lula conta como surgiu a ideia da festa:

A gente vendo que tinha umas promoções fazendo por aí, tinha a 'Festa do Mamão', que é primeiro do que essa, aí o pessoal ali da comunidade "Sete de Setembro" já tinha feito a "Melancia" há um ano. Aí vamos fazer a nossa. Fazer como? De quê? O que a gente queria colocar? Aí quiseram fazer "do fazendeiro", mas poxa tinha pouco criador (risos). Aí eu digo, "olha tem uma coisa muito boa, que a gente trabalha aqui e nós somos pioneiros, de umas coisas que tem aqui". (...) Aí, vamos fazer a Festa das Hortaliças. Pra quê? Pra divulgar o que nós temos. Porque nossos governantes não tinham conhecimento da nossa produção (Entrevista com Lula Filho, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 4/11/2011).

E Valdir, irmão de Raimundo Lula, também se lembra de como começou essa ideia:

Foi pensada por um grupo de pessoas... Como conta o histórico da festa, as pessoas que estavam presentes na reunião da comunidade, a gente deu a ideia, todo mundo abraçou e hoje é uma realidade, a Festa das Hortaliças na comunidade. (Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

A maioria dos moradores se envolve na organização da festa. Homens, mulheres e jovens passam a semana que antecede a festa trabalhando na arrumação da comunidade, fabricando enfeites para ornamentação e preparando comidas para vender na festa. A sede da organização da festa é a escola. É lá que as mulheres preparam comidas e os jovens cuidam da ornamentação. Os homens se dedicam mais ao "trabalho pesado" no campo de futebol, mas eles também têm como ponto de encontro o espaço da escola.



Figura 12: grupo de jovens fazendo artigos de ornamentação na V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini



Figura 13: Concurso de "Miss hortaliças" na V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini

Na V Festa das Hortaliças, realizada em 2011, o que mais impressionou os visitantes foi a ornamentação: muitas luminárias feitas com copos descartáveis coloridos, duas maquetes, uma representando a comunidade nas décadas de 50 e 60 e outra como a comunidade é atualmente.

Ah, mana... Eu estava dizendo pra mamãe, que nós vamos passar na televisão, no canal cinco (risos) (...). O negócio da festa das hortaliças tão bonito também que passa... Não é que é bonito? Esse ano vamos fazer de novo... A gente ajuda os negócios de vender, as banquinha né? (Entrevista com Marleide, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

Toda a comunidade vê a festa com bons olhos.

Olha, depois que começou essa festa, o pessoal se organizou, a associação aí. Já teve coisa que favoreceu a comunidade. Por exemplo... Como vai ter esta festa agora, aí tem uns órgãos que ajudam a melhorar a estrada, que patrocinam a festa. (Entrevista com Edivaldo Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 4/11/2011).

E dona Fátima lembra a ligação do ramal com a festa:

O ramal tá com uns... Desde que começou a ser desenvolvido, tá com uns cinco anos eu acho, desde a primeira festa das hortaliças começaram já a fazer este procedimento aí da travessia. Aí ficou muito melhor. De primeiro, você numa época desta da seca, você não escutava uma zuada de um motor, você não escutava de jeito nenhum. (Entrevista com Dona Fátima, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 3/11/2011).



Figura 14: VI Festa das Hortaliças. Novembro de 2012. Fotos de Claudionei Guimarães



Figura 15: Outdoor de divulgação da V Festa das Hortaliças na sede de Iranduba. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini

O Lula enfatiza as vantagens que a iniciativa dessa festa trouxe para a comunidade: “depois que nós fizemos a festa aqui, as autoridades passaram a conhecer e reconhecer nossa produção (...). O intuito dessa festa é divulgar a nossa produção” (Entrevista com Lula Filho, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 4/11/2011).

Por fim, em dezembro, tem a festa da padroeira Santa Luzia, que começa em 1º de dezembro e vai até 13 do mesmo mês, o dia de Santa Luzia. Durante esses treze dias há missa e quermesse todas as noites e o público é formado basicamente pelos moradores da comunidade. No dia 13 fazem uma procissão de cerca de 1 km, até a casa da Dona Páscoa, devido a uma promessa que fez para que o marido melhorasse de um problema na vista. Depois da procissão vem a missa e, por fim, o arraial.

Estes três eventos são símbolos de união entre os moradores da comunidade: “Quando tem alguma coisa, uma festa dessas, todo mundo ajuda... Eu não posso ajudar, porque eu tenho que olhar minha mãe, que é doente. Mas aí o pessoal vai e fazem as coisas tudinho!” (Entrevista com Sabá, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).

Valdir enfatiza a questão da união entre a comunidade e a ligação entre as instituições, sendo que uma ajuda a outra, dependendo uma da outra para que os eventos se realizem:

Uma das coisas que eu sempre falo, que aqui no Baixo sempre dá certo... Pelas as coisas que a gente faz, que a gente realiza, pela união das pessoas e principalmente pela ajuda mútua entre todos. (...) Essa união, essa coisa toda que a gente tem, que em outras

comunidades não têm (...). Quando um precisa do outro tá aí pra apoiar, pra ajudar... Esta é uma das coisas principais que eu acho que funciona bem! (Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

A união entre os moradores para a realização destes eventos evoca o conceito de *existência coletiva*, característica do modo de vida camponês.

O gênero de vida que levam é marcado pela coletivização das atividades, sendo a principal delas a ajuda mútua no trabalho, sob a forma de mutirão, muxirão, batalhão ou outro nome qualquer. (...) Falamos em “existência coletiva”, porque raramente algo se passa naquelas comunidades, em matéria de atividades, que não seja levado a efeito em grupo. Religião, política, lazer, tudo serve de ocasião para agrupamentos e reuniões, e as próprias questões familiares transbordam do núcleo para se tornar problemas que interessam à comunidade toda. Quanto mais próspera uma comunidade desse tipo, maior a quantidade de atividades em comum: os mutirões, as novenas, as comemorações familiares, as reuniões eleitorais congregam os indivíduos, mostrando que a comunidade forma realmente uma unidade centralizadora das famílias que a compõem (QUEIROZ, 2009, p. 58).

Nesta perspectiva, a festa das hortaliças é um fenômeno social que representa momentos de efervescência e de unanimidade, assumindo o sentido coletivo, de comunidade camponesa.

Relação com o mundo urbano

Por se encontrar a apenas 15 km de Iranduba e 25 km de Manaus, as pessoas que vivem em Santa Luzia da Ilha do Baixio tem uma relação estreita com as duas cidades. Como já observamos, principalmente por motivos de saúde e para comercialização dos produtos (e até pouco tempo atrás para estudarem), as pessoas se deslocam para as cidades. Na época de cheia dos rios utilizam barcos de linha ou tipo *voadeiras* para irem aos dois municípios. Há os que vão até Iranduba e, de lá, pegam ônibus para Manaus.

É mais de uma vez por mês que eu estou em Manaus. Vou mais é de avoador... Em época que tá cheio eu não gosto de ir pro Iranduba... Melhor é a gente ir pra Manaus, que é menos cansativo. Porque lá você encosta a canoa e põe as coisas... Em Iranduba você vem, vem... Aí você tem que carregar um bocado de coisa. Aí põe num táxi, e vai

pra beira, e põe na canoa... E carrega as coisas. Eu só vou mesmo para fazer compras... Para passeio não... Comprar coisa pra comunidade, pra casa... Para ir ao médico é mais em Iranduba que eu vou... O pessoal daqui vai para Manaus só se for para algum exame que não faz aqui no Iranduba... Passeio assim... Iranduba a gente passeia mais, porque vai à casa dos amigos... Mas sempre volta no mesmo dia. Não aguento ficar lá... Nem Manaus, nem Iranduba... Quem quiser contar comigo de dia, pode contar, mas de noite eu quero estar em casa, dormir em casa (risos)! (Entrevista com Valdiza, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 10/07/2012).

Na época da seca, há um ônibus de linha que vai do centro de Iranduba até a comunidade.

O ônibus vem todo dia... Aí, se a gente vai fazer um rancho, comprar um açúcar, um óleo, trazer uma água, porque a gente pega água de lá, aí a gente pega o ônibus aqui, ou freta um carro, vem de lá pra cá, que é 50 Reais que a gente paga. Aí a gente divide, duas, três pessoas em um carro (Entrevista com Aldair, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).

Em outubro de 2011 foi inaugurada em Manaus a ponte sobre o Rio Negro, vista com bons olhos pela comunidade. Antes, para irem a Manaus enfrentavam uma longa espera para pegar a balsa. “Essa ponte tá dando este sucesso todo, esse comentário no mundo inteiro. E saiu. Graças a Deus saiu essa ponte!” (Entrevista com Lula filho, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 4/11/2011).

Na ornamentação da V Festa das Hortaliças foi feito também um painel representando Manaus e a ponte sobre o Rio Negro, ligando a capital à Ilha do Baixo. Na ponte da maquete havia caminhões indo da comunidade para Manaus com hortaliças em suas caçambas.



Figura 16: Igreja sendo confeccionada para a maquete na V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini



Figura 17: Maquete sendo montada para a V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini

Junto às maquetes foram expostas duas poesias. Uma sobre a ponte simbolizando a chegada da modernidade, da melhoria de vida para a população de Iranduba e, mais especificamente, para aqueles que vivem em Santa Luzia da Ilha do Baixio e terão mais facilidade para escoar seus produtos. E outra sobre a balsa, como algo que fez parte da vida das pessoas e que deixará saudades.

DE MANAUS PARA O IRANDUBA

De Manaus para o Iranduba
Manacapuru e novo Airão
e para todos os municípios
que compõem essa região
uma ponte foi construída
fazendo a integração.

Estrutura estaiada
arquitetura que evoluiu
um lado e outro se encontram, como torre no meio do rio, hoje
podemos dizer é a mais bonita do Brasil.

Belas paisagens os olhos verão, do alto tanta beleza, de um
lado Manaus tão linda, com sua orla e a Ponta Negra
do outro o nosso Iranduba
com o verde da natureza.

Iranduba tão orgulhosa
natureza que a todos encanta, e agora recebe essa obra, uma
ponte muito bacana, por ser tão perto de Manaus é área
metropolitana.

Nas idas e vindas do povo
o transporte vai melhorar

quem vai em busca de compra, quem vai só para trabalhar,
quem vem nos finais de semana
no Iranduba passear.

Parabéns ao produtor
deste vasto beiradão
que produz muitas hortaliças
E ganhou mais uma opção
de chegar rápido a Manaus
e vender a sua produção.

Quem chegou aqui nesta festa, de qualquer lugar do Brasil,
quem veio por esta ponte, passando por cima do rio,
que todos sejam bem vindos, ao nosso querido baixio.

Cortando as águas do Negro, teus pilares foram erguidos,
concreto e ferro mostrando a grandeza desse sonho lindo,
surgindo do fundo das águas,
transformando-se em grandes cilindros.

ADEUS QUERIDA Balsa

Adeus querida balsa
De tantas travessias
Tu levavas e trazias
Tanta gente todo dia.

Vai navegar por outras águas ou repousar num estaleiro,
transportastes tantos ricos, e quem não tinha dinheiro.
Por quase quarenta anos, tu servias todo mundo,
devagar mais tu chegavas, do Cacau ao São Raimundo.

Jamais te esqueceremos
Ficarás em nossa memória, com a ponte tão moderna,
Para nós tu és história.
Adeus!

De um lado os moradores de Santa Luzia vão a Manaus para venda de produtos, para passear nos finais de semana e, de outro, recebem pessoas das duas cidades na comunidade, representando uma troca de experiências, vivências e saberes. Esta troca é denominada por Fraxe (2004) como transculturalidade, aquilo que gera mudanças e adaptações no estilo de vida, tanto urbano como rural. Costumes antigos, festejos, técnicas de agricultura, histórias, alimentação típica se misturam com informações que surgem vaivém entre a comunidade e os municípios.

Bourdieu (2011), em *Efeitos de lugar*, nos chama a atenção sobre os estigmas, que podem constituir armadilhas para o pesquisador, aceitando-os como tais.

As grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico (por exemplo, capital/província) tendem a se reproduzir nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e divisão, isto é, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (parisiense/provinciano, chique/não chique, etc.) (BOURDIEU, 2011, p. 162).

O habitat contribui para fazer o hábito, mas o hábito também contribui para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula a fazer. Desta forma, é importante a relativização das categorias urbano e rural, enquanto espaços físicos com características e comportamentos específicos.

Família

O campesinato se cria e se recria a partir da relação familiar. A família é tomada como base para suas ações, seus modos de viver e de ver o mundo. É a partir da família que o camponês se organiza, planeja suas atividades, almeja seus objetivos. O trabalho na agricultura, a luta por melhorias em educação e saúde e outras atividades diárias são pensadas a partir da família.

Comefford (2003), em seu estudo etnográfico realizado com camponeses do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, observou que *família* é um termo ambíguo, podendo se referir à família nuclear (pai, mãe e filhos), à família no sentido dos que têm o mesmo sobrenome e a família incluindo tanto os consanguíneos por lado paterno como materno. Na fala de Raimundo Queiroz observamos o uso da palavra família para se referir à sua família nuclear: “Eu vim pra cá e arranjei essa mulher. Aí eu fiquei por aqui. A gente se conheceu aqui no Baixio. Procurei... Essa familinha pequena! Só três é minha. Essa outra é enteada” (Entrevista com Raimundo Queiroz, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

Já na fala do Raimundo Lula ele fala no sentido dos que têm o mesmo sobrenome: “Aí o pessoal foi casando e foram ficando aqui mesmo. Tanto é que a maioria é de uma família só aqui no Baixio. Pode ver que quase todo mundo é Santos

ou Silva, ou os dois!” (Entrevista com Raimundo Lula, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 04/11/2012).

E Clarice, que se mudou para o Baixio há pouco tempo, refere-se à sua família de forma mais ampla, àqueles que são consanguíneos, ao falar da saudade que sente do outro local onde morava, em uma comunidade rural, também de várzea, em Careiro da Várzea:

Eu gosto mais de onde eu morava antes, acho que é por causa da família, que ficou lá... Meus pais, irmãos, tios... Eu vou visitar. Sempre eu vou pra lá. Eu fui domingo passado para lá. Agora eu não sei quando eu volto. A gente vai para dormir, passar o final de semana. É uma comunidade lá, que nem aqui. (Entrevista com Clarice, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

Nas três diferentes formas de se referir à *família*, são expressas relações de amizade, confiança e proximidades, entendendo-se por família um conjunto de pessoas relacionadas por laços de sangue e afinidade, que guardam entre si uma relação de solidariedade.

Aí meus pais ficaram velhos, todo mundo saiu e eu fiquei cuidando deles dois. Aí meu pai morreu, tá com um ano e cinco meses que ele morreu e agora eu cuido da minha mãe. Eu falei que ia cuidar deles até o final da vida deles, e meu pai já se foi... (Entrevista com Sabá, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).



Figura 18: Família de Dona Sabá. Julho de 2012.
Foto de Ana Bocchini



Figura 19: Família de Seu Raimundo e Marleide.
Abril 2012. Foto de Ana Bocchini

Na clássica obra sobre o campesinato brasileiro “Os parceiros do Rio Bonito”, de Antonio Candido (1964), onde o autor busca traçar o perfil do camponês paulista – caipira -, ele observa estas relações de solidariedade entre a família, características do campesinato:

O bairro, com efeito, podia ser iniciado por determinada família, que ocupava a terra e estabelecia as bases de sua exploração e povoamento. Com o tempo, conforme tendência visível em todo o povoamento de São Paulo antes da imigração estrangeira, atraía parentes, ou os filhos casados se estabeleciam, bem como os genros, etc. Ao fundamento territorial, juntava-se o vínculo da solidariedade de parentesco, fortalecendo a unidade do bairro e desenvolvendo a sua consciência própria (CANDIDO, 2009, p. 201).

Em Santa Luzia da Ilha do Baixio três famílias foram as principais responsáveis pelo adensamento populacional na Ilha do Baixio: a Família do Sr. José e sua esposa Maria Jardelina, o Sr. João e sua esposa Maria da Glória e a Família de Dona Vita e o Sr. Santiago.

Quando eu cheguei aqui tinham poucas casas, porque os filhos desse pessoal estavam quase tudo solteiro. Ali onde mora o Raimundo Lula, era outro morador, o compadre Valdimiro. Com o tempo ele comprou uma casa em Manaus, foi embora pra lá, e vendeu pro genro o terreno dele. Aí o genro já passou um tempo e já vendeu pro Raimundo Lula. O genro foi embora também pra Manaus, sei que foi juntando, foi casando os filhos do Álvaro ali pra baixo, os netos do seu João, foram fazendo casa, vieram casando pra cá, aí os meus foram casando, sei que de lá foi formando a Ilha... (Entrevista com Dona Vita, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

Parentesco¹¹

Como já observamos na fala do Raimundo Lula, em Santa Luzia da Ilha do Baixio, a *“maioria é de uma família só”*. Seus pais – Seu João e Maria da Glória – e seus tios – Seu José e Maria Jardelina -, fundadores da comunidade, tiveram doze e nove filhos, respectivamente. Pouco tempo depois, chegaram à Ilha a família de Santiago e Dona Vita, que tinham 12 filhos, sendo que quatro casaram com quatro da família de Seu João e três com a família de Seu José.

Aí depois foi crescendo a ilha e foi povoando... Aí foi chegando gente de outros cantos para cá. Aí foi o tempo que nós crescemos e aí a gente casou por aqui. Aí tem o pessoal da família do Seu Santiago, que veio do Curari... Era muita moça, muito rapaz. Aí entrou quatro só na nossa família. E foi também daqui pra lá, quatro. E é por isso

¹¹ Colocamos “parentesco” entre aspas por não se tratar da categoria de *parentesco* dada pela antropologia. Neste subcapítulo apresentamos uma rápida descrição da relação entre as famílias, que está ligada às relações de poder na comunidade.

que hoje se espalhou e a família ficou bem grande. (Entrevista com Raimundo Lula, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 04/11/2012).

Atualmente, dos 115 grupos domésticos existentes na Ilha do Baixo, observamos na pesquisa que aproximadamente metade é de filhos ou netos destes três casais (Seu João e Maria da Glória, Seu José e Maria Jardelina e Seu Santiago e Dona Vita)¹².



Figura 20: Dona Vita com filhos, neto, nora e bisneta. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 21: Valdiza e Deca na varanda de sua casa. Abril 2012. Foto de Ana Bocchini

Um grupo doméstico “está sempre associado a um casal. O casamento implica numa mudança do grupo doméstico, uma vez que se entende por esta categoria as pessoas que residem na mesma casa” (GARCIA JR., 1983, p.116) e “uma nova *casa* está frequentemente associada a novo casal” (GARCIA JR., 1983, p.161).

A casa

Todas voltadas para o rio, as construções - casas, igreja, escola, campo de futebol -, são distribuídos linearmente. No centro da comunidade encontramos o campo de futebol e a casa do Seu João, fundador da comunidade. À esquerda do campo há a Igreja Católica e, à direita, a escola e o Centro Social, respectivamente. As casas mais próximas dessa área central, à direita, são: do Valdir (diretor da escola e filho de Seu João e Maria da Glória), do Deca (presidente da comunidade e filho de Santiago e Dona Vita), casado com Valdiza (filha de Seu João e líder do grupo de mulheres). Já à esquerda as casas mais próximas são da família do Edivaldo (filho dos falecidos Seu José e Maria Jardelina, também fundadores da comunidade). Nota-se

¹² Árvore genealógica das três famílias, construídas junto com Raimunda e Valdiza, filhas de Seu João em anexo III.

que as casas mais próximas do Centro da Comunidade são de famílias “importantes”, fundadoras da comunidade, sendo as relações de parentesco associadas “à localização geográfica e à reputação de pessoas, localidades e famílias” (COMERFORD, 2003, p.33).



Figura 22 – Área central de Santa Luzia da Ilha do Baixio. Setembro de 2011. Foto de Ana Bocchini

Como o padrão nas áreas de várzea da Amazônia, as casas de Santa Luzia da Ilha do Baixio são de madeira e palafita, suspensas de forma a suportar a sazonalidade das águas. O banheiro fica fora da casa e, em alguns casos, a cozinha também. Nos quintais, são comuns as pequenas hortas utilizadas para o consumo da família e a criação de pequenos animais, como galinhas e patos. Muitas casas têm varanda, lugar onde costumam receber visitas.

A organização espacial da casa, com a definição dos lugares das mulheres e dos homens, assim como a associação ritual dos diferentes lugares da casa com ciclos biológicos como fecundidade, fertilidade, lugar dos animais, aquilo que é da natureza, em oposição aos lugares de cozinhar e do tear, lugar de receber as visitas, aquilo que é da cultura, revelam também a oposição entre homens e mulheres e entre a vida privada e a vida pública (SCHWEICKARDT, 2012, p. 331).

As pessoas que moram na mesma casa formam o grupo doméstico, sendo então a casa o espaço físico que representa a família, característica central do campesinato. Uma nova *casa* é, em geral, construída a partir da constituição de um novo casal. “A nova *casa* materializa a formação de uma nova unidade doméstica, que permite a reprodução física e social da família de pequenos produtores” (GARCIA JR., 1983, p. 160). Podemos dizer que é a partir da casa – da família – que o camponês se

articula com a sociedade, que organiza o mundo social. A *casa* é definida por Garcia Jr como espaço de reprodução:

Quando aqui estamos nos referindo à casa como local de reprodução, não estamos apenas falando dos elementos materiais que compõem esta reprodução (como comida, por exemplo), mas que tal é o local onde são reproduzidas as regras e formas sociais de existência do grupo, isto é, sua ideologia (GARCIA JR, 1983, p.164).



Figura 23: Raimunda na sala de sua casa. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 24: Dona Severina e vizinha na cozinha de sua casa. Julho 2012. Foto de Ana Bocchini

Recentemente, em 2007, a Ilha do Baixo foi transformada, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - em um Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE – que teve como principal benefício à população a aplicação do Crédito Habitação da reforma agrária, que vem implantando e reformando as casas. “Essas casas são direito nosso. Porque isso aí é nosso dinheiro mesmo. Verba dada pela Previdência Social, que vem de Brasília... É muito dinheiro” (Entrevista com Raimundo Queiroz, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 26/04/2012).



Figura 25: “Casa do INCRA”. Julho 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 26: “Casa do INCRA”. Novembro de 2011. Foto de Ana Bocchini

A “casa do INCRA”, como é conhecida localmente e em outras calhas de rio onde a mesma iniciativa foi implantada, mesmo sendo fruto de uma política pública e como tal, de uma ação do Estado, configura-se como a materialização das conquistas dos camponeses da Amazônia.

(...) a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (...) Refiro-me às lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família (WANDERLEY, 1996, p.8).

Embora os recursos da reforma agrária tenham sido negociados por agentes públicos e instâncias governamentais do Estado, INCRA e o Serviço de Patrimônio da União – SPU -, a aplicação dos créditos e o controle dos recursos são feitos diretamente junto à organização local dos moradores do PAE (Schweickardt, 2012). Seu Eivaldo é carpinteiro e construiu a maioria das “casas do INCRA”.

Esse é um projeto do governo. Esse assentamento que foi criado aqui, para os moradores. Aí já vem o projeto de lá, a plantazinha tudo, para fazer tudo do jeito, não pode mudar. Depois que ele recebe, depois que o INCRA entrega, ele pode mudar alguma coisa, aumentar... Mas por enquanto não. Para mim foi bom esse projeto, porque é uma ajuda. É uma casinha pequena, mas serve... Eu sou tudo pago pelo INCRA, pra construir essas casas (Entrevista com Eivaldo, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 4/11/2011).

O projeto da casa foi discutido em reuniões entre o INCRA e a comunidade, mas pelo que os moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixio comentam, o INCRA não acatou

sugestões de como deveriam ser as casas, para que suportem a realidade da várzea, principalmente nos tempos de cheia. Eles consideram as casas frágeis por não ter esteio, como observamos nestas falas:

Ela é boa, só que poderia melhorar. Por exemplo, que nem eu estava falando pra você, do esteio, que ela não dá muita segurança desse jeito aí (Entrevista com Aldo, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 26/04/2012).

(...) tem o benefício de receber essas casas também, que é mal feita, mas quebra um galho... É mal feita porque não tem esteio. Arria... Essa aqui já arriou um pouco, o lado de baixo, o assoalho (Entrevista com Raimundo Queiroz, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 26/04/2012).

Não é pregada no prego, não; essa tábuas é tudo encaixada. Que nem essas casas antigas. Rapaz, não tem segurança não. Só Deus mesmo que segura (Entrevista com Marleide, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 26/04/2012).

Outro aspecto questionado pelos moradores é a localização do banheiro, que fica dentro da casa e não do lado de fora, conforme são as casas da comunidade e das áreas de várzea do Amazonas em geral.



Figura 27: "Casa do INCRA" na enchente. Abril 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 28: "Casa do INCRA" ampliada. Abril 2012. Foto de Ana Bocchini

Por causa destes questionamentos e significados que dão à casa, é interessante como os moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo transformam as casas e muitos à usam para outras funções que não moradias, como tabernas¹³ e morada para os animais. Algumas pessoas esperam o rio secar para reformar toda a casa: "Eu vou

¹³ Taberna é como são chamados localmente os pequenos comércios ou mercearias.

esperar sair a água pra arrancar ela todinha e vou fazer outra” (Entrevista com Raimundo Queiroz, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012). E, a maioria dos beneficiados já desmanchou o banheiro: “E o banheiro a gente desmanchou...” (Entrevista com Clarice, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012). É também comum o repasse das casas, isto é, a casa está no nome de uma pessoa, mas quem mora é o filho, uma comadre, um compadre... “Eu dei pro meu filho. Ele não tinha, aí eu dei para ele” (Entrevista com dona Sabá, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

A “casa do INCRA” torna-se assim mediadora dos modos de percepção e apropriação das novas relações e da realidade atual, enquanto espaço social reificado em espaço físico (Bourdieu, 2011):

O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que dependem também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 2011, p. 161).

Schweickardt (2012), na etnografia realizada em uma área de Reserva Extrativista – RESEX, no médio Rio Juruá, no estado do Amazonas, observa às reações populares ao “projeto do INCRA”, bem como a interação entre as populações locais e agências do Estado que atuam na região:

A “casa do INCRA”, por meio de sua existência material e pelo significado a ela atribuído permite falar numa espécie de “inversão do mundo” (Bourdieu, 2002), ressignificando o espaço social. A casa possui um significado simbólico que sinaliza a situação atual dos seringueiros e anuncia o seu futuro na região (Schweickardt, 2012, p.147).

Se é a partir da casa – da família – que o camponês se articula com a sociedade, que organiza o mundo social, o *trabalho* – representado principalmente pela agricultura, a área de roçado, é que da condição – direta ou indiretamente - de

existência da casa. Heredia (1979), a partir de suas pesquisas entre camponeses da Zona da Mata açucareira na década de 1970 e Schweickardt (2010), através de sua etnografia entre seringueiros no Amazonas, demonstram a relação entre unidade de produção e unidade de consumo, através da casa e do roçado. Para estas autoras, estas duas esferas são complementares, que organizam as instâncias do cotidiano camponês, marcados pela relação roçado-trabalho-casa.

“Trabalho”

As famílias da comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio se sustentam principalmente com a agricultura familiar, tendo hoje as hortaliças como principal produção de suas áreas de roçado. Também são importantes o trabalho doméstico¹⁴ e a atividade dos que são funcionários da prefeitura e trabalham na escola ou como agentes de saúde.

Agricultura familiar camponesa

Na década de 1980, a atividade de plantação de juta foi substituída pelo cultivo de produtos como couve, repolho, alface, tomate, feijão de corda, pimentão, coentro e cebolinha.

Aqui era só juta e malva. Você olhava aqui e era só juta e malva. Então a gente trabalhava com juta primeiro e depois malva e a EMATER¹⁵ passava por aqui, tudo mais... E um dia a gente foi ver um plantio no Careiro da Várzea, de tomate. E a gente veio de lá animado pra mudar, pra fazer também. Aí teve a assistência técnica da EMATER e a gente começou. Porque a malva não estava mais dando dinheiro... O preço era muito baixo, então teve a necessidade de mudar mesmo. Aí começou a mudar, algumas pessoas não acreditavam, que cebolinha não ia pra frente, que o tomate do jeito que era, com a técnica, não ia pra frente, ia dar muito trabalho... Mas nós começamos! (Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha Baixio, 10/07/2012).

¹⁴ A categoria “trabalho”, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas (PAULILO, 2009, p. 179).

¹⁵ EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas.

Hoje não há mais plantações de juta e malva. Existe a ideia de retomar esses cultivos, com incentivos externos, mas os moradores não acreditam que dará certo:

Agora com incentivo do governo o pessoal quer voltar a produzir malva novamente. Mas acho que é meio difícil voltar como era, porque... Primeiro, o preço não é tão bom. Não é um grande atrativo. E... Como o pessoal está desenvolvendo outras técnicas pras hortaliças, sempre a tendência é ganhar mais... Não tem porque trocar! A não ser que fosse muito vantajoso... Mas a gente sabe que não é... (Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha Baixio, 10/07/2012).

Além de não quererem trocar o certo pelo duvidoso, o cultivo da malva e da juta é um trabalho penoso, do qual os mais velhos não têm boas lembranças, como conta Dona Severina: “Também, esse serviço de malva e juta é que faz a gente ficar doente de reumatismo, passa o dia todinho dentro da água” (Entrevista com Dona Severina, Comunidade Santa Luzia da Ilha Baixio, 11/07/2012). O marido de Dona Aldair tem reumatismo por causa do trabalho na juta:

A gente trabalhava antigamente na juta, era muito ruim... Eu e ele trabalhávamos na juta... Mas, rapaz... Ficava com ele lá, cortava... Só não fazia carregar, né? Essa menina minha mais velha, também trabalhou muito na juta... O mais novo não, ele não participou mais da juta, não sabe nem como é que trabalha. No tempo dele, não trabalhava mais na juta não... Só melancia, milho, feijão... Só coisa mais maneira, né? Melhor de trabalhar do que a juta. A juta, ela... Nesse tempo ela dava muito dinheiro, mas dá muito trabalho. Meu marido é todo duro, mana. É reumatismo... Sei lá... De trabalhar na juta. (Entrevista com Dona Aldair, Comunidade Santa Luzia da Ilha Baixio, 11/07/2012).

Observamos então que há uma clara preferência para o cultivo de hortaliças, mas reconhecem que precisam aprimorar as técnicas e melhorar a produção, devido as dificuldades na época da cheia.

Quando chega esta época da enchente, quem trabalha só na agricultura fica como? Sem nada. Então é outra coisa que tem que melhorar, que as pessoas durante a enchente tenham outra alternativa... Então tem que pensar aí no canteiro suspenso e... Também outras coisas, tipo, uma granja... Coisas que as pessoas durante a cheia tenham um recurso para se sustentar. Então são coisas que a gente sonha e a gente tem que trabalhar pra acontecer!

(Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha Baixio, 10/07/2012).

A época do plantio das culturas varia de acordo com o tipo de hortaliça. Em geral, o plantio é feito de forma manual, utilizando ferramentas simples como enxada e terçado. O desenvolvimento da atividade agrícola relaciona-se com a dinâmica dos rios. “O manejo de terras agricultáveis está apoiado na sazonalidade das águas. As terras de várzea são consideradas de alta qualidade para plantios, desde que de ciclo curto” (LIMA, 2005, p. 195).



Figura 29: Área de roçado. Março 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 30: Área de roçado. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini

A comunidade, localizada em área de várzea, tem o cultivo da maioria das espécies na época da final da vazante e seca dos rios, entre julho e setembro.

Planto feijão de metro. Aqui nós trabalhamos com feijão de metro e o pepino. É o maior plantio daqui da ilha. Quem planta menos planta três mil covas... 5, 6, 8 10 mil covas de feijão... Agora na cheia tá tudo parado... Não tem outro lugar (...). Nessa época é só ficar esperando mesmo. Com a ajuda de Deus, né? O mais importante é ter saúde e esperar a confiança de Deus (Entrevista com Raimundo Queiroz, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio 26/04/2012).

Assim, durante a cheia, a família de Seu Raimundo não trabalha na agricultura, dependendo do que recebe de aposentadoria e auxílios como “bolsa família”. Já o marido de Suzana, nesse período, trabalha em áreas da terra firme, na “costa do Iranduba”, que fica “do outro lado da ilha”. Ele recebe diárias pelo serviço prestado, exercendo o que é chamado na teoria do campesinato de *trabalho alugado* (Garcia Jr., 1983, p. 80).

Nessa época de cheia ele trabalha pela terra firme... Trabalha assim, no dia, na diária, sabe? O pessoal chama e ele vai trabalhar. A

produção não fica pra ele, só recebe a diária. É só na seca que ele trabalha para ele mesmo. Na seca ele vende, mais em Manaus, em Iranduba nem tanto, só às vezes... É feijão, pepino, maxixe... Trabalha só com isso mesmo (Entrevista com Suzana, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio 11/07/2012).

Apesar das dificuldades relacionadas nas enchentes e com a comercialização, o ambiente de várzea é também retratado como possuidor de “riquezas”, associadas ao potencial agrícola do solo, decorrente da fertilização natural pelas águas do rio.

A gente tem projeto pra plantar metade do terreno, um hectare, só pra plantar o repolho, né? 20, 30 mil pés de repolho. E na outra terra a gente faz um melancia. A terra é boa para o plantio. Todas as terras aqui são boas para o plantio, porque era cheio de colônia, era campo né? (Entrevista com Raimundo Queiroz, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio 26/04/2012).

Os períodos de seca e cheia também são determinantes para a venda dos produtos. A possibilidade de comercializar sua própria produção faz com que a família tenha acesso em maior escala aos bens que não produz.

Cada um tem a sua cultura. (...) Porque uns plantam um tipo de hortaliças, outros de outra, né? (...) Eu achei que teve uma melhora muito grande, no momento de venda. Porque de primeiro você tirava sua produção... Era muito difícil para você chegar em Manaus. Principalmente agora no momento de seca, porque não tinha este ramal... O pessoal desperdiçava. Agora o pessoal vem aqui na porta comprar a produção. E a gente leva para Manaus também, leva pras feiras... (Entrevista com Dona Fátima, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 3/11/2011).

Dona Páscoa conta que “No tempo da melancia (período da seca) as pessoas vem comprar aqui na comunidade”, e completa falando da época de enchente: “Agora não, né? Não tem nada pra vender. Suspender só dá para suspender o canteiro, pra fazer cebola, jambu... estas coisas leves. Frutas, não. As frutas que têm morrem todas”. Aldair diz que quando as pessoas não vêm comprar na própria comunidade, eles vendem seus produtos nas feiras de Manaus e Iranduba:

Quando tá seco, passa carro aqui, o comprador vem aqui na porta... Mas quando tá mais cheio a gente vende em Manaus mesmo... Eu vendo mais no Iranduba. Eu tenho um neto que trabalha na feira, eu tenho outro amigo lá que trabalha na feira... Aí eu levo a pimenta, a

cebolinha, e ele compra de mim. Difícil eu levo pra Manaus. Quem leva pra Manaus é essa senhora aí, que mora mais pra cima, aí ela leva. Mas eu vendo mais é lá no Iranduba. Agora em Iranduba é muito bom, dia de sábado, de domingo, mana... É muito bom, muito barato... Eu vendo pros comprador lá... Foi sábado que eu fui, pepino estava um real, olha... E lá em Manaus eu comprei de três reais! (Entrevista com Dona Aldair, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

A sobrevivência da família baseada na produção de hortaliças, para consumo e venda nas feiras próximas, representa um modo de vida campesino criado e recriado por meio da relação familiar e do trabalho assalariado. A economia camponesa

Se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional. Se caracteriza por um eco-sistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativista e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo mais do que na manufatura (SHANIN, 1980, p. 46).

E ainda: “o grupo doméstico camponês, mas também a aldeia e a rede mais ampla de interação social, como um centro mercantil (...) são, de longe, facilmente reconhecíveis para os camponeses” (SHANIN, 1980, p. 47). A família de Dona Sabá vende seus produtos em Manaus, já para um comprador certo: “a gente vende na Manaus Moderna, o comprador só faz pegar lá no barco...” (Entrevista com Dona Sabá, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

Os produtos do roçado para comercialização e consumo da família são variados: “A gente planta cebola, cebolinha, jambu, jerimum, melancia...” (Entrevista com Moça, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012) É a policultura, característica da agricultura familiar camponesa, estruturada de forma a garantir a subsistência da família.

O campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrado ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado (Welch, *et all*).

O agricultor materializa no roçado a força de trabalho de sua unidade familiar. Ele garante uma produção que serve para o consumo e para vender, usando o dinheiro

obtido para obter o necessário para complementar o consumo familiar. “O roçado fornece os meios materiais para o consumo da *casa*” (GARCIA JR, 198, p.59). Na *casa* acontece o preparo dos bens a serem consumidos e a reprodução das condições de consumo. Essas atividades são da esfera da mulher, enquanto *mãe de família*, e por ela organizadas: preparar alimentos, arrumar a casa, lavar roupa, cuidar dos filhos, o *trabalho doméstico*, enfim.

Trabalho doméstico

O trabalho doméstico é na maioria das vezes uma atividade feminina, enquanto o trabalho no roçado é exercido pelos homens.

Meu dia é muito corrido. Aqui em casa não paro, é o dia todo. Tem muitas atividades... Quando minha menina não trabalhava, ela passava quase o dia todo aqui. Agora ela começou a trabalhar e eu faço minhas coisas, só não sei arrumar a casa, desculpa a bagunça (risos). Faço mais os trabalhos caseiros, o trabalho doméstico. Eu não trabalho no roçado não. (Entrevista com Dona Páscoa, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 25/04/2012).

Na maioria das famílias, o trabalho no roçado feito pelos homens da família recebe a ajuda das mulheres. Esta ajuda das mulheres se dá principalmente na fase da colheita e de “amarrar” o feijão e a cebolinha, último processo feito antes da venda destes produtos.

Sempre que meu marido trabalhava eu estava lá com ele ajudando. Tirava uma verdura. Eu trabalho ainda. Agora não, que tá alagado. Mas quando tem, eu estou lá. A gente planta cebola, cebolinha, jambu, jerimum, melancia... Na parte de colher que eu vou mais (Entrevista com Dona Moça, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

Sendo a participação das mulheres apenas nas últimas fases do roçado, suas principais atividades diárias são afazeres domésticos como lavar roupa, cozinhar, cuidar dos filhos, arrumar e limpar a casa. Clarice, que tem uma filha pequena e mora nos fundos da casa da sogra, divide o “tanquinho de lavar roupa”: Meu dia-a-dia é mais cuidar da Lohana. Eu lavo a roupa dela e a nossa, quando é meu dia de lavar. Tipo... Segunda feira... Eu lavo dia de segunda, quarta e sexta. A Valdiza lava roupa da mãe

dela... (Entrevista com Clarice, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 26/04/2012). Atualmente na casa de Dona Sabá moram apenas seus filhos homens, o que justifica eles ajudarem nos afazeres da casa:

Ah... Mas aqui todo mundo se ajuda. Meus filhos... Faz comida, passa pano, lava roupa... Porque a minha filha mulher mora para Manaus, aí eles que me ajudam... Eles também ajudam meu marido no roçado... Meus filhos homens sabe fazer tudo. É, porque tem homem que diz assim “ah, eu não sei fritar um ovo...”. Mas aonde... Todo mundo sabe fritar um ovo. Graças a Deus que meus filhos sabem fazer tudo... Fazem arroz, carne, frango, assado, cozido, café... Tudo eles fazem! (Entrevista com Dona Sabá, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).

Dona Moça tem três filhas mulheres e um homem, todos já adolescentes e jovens:

Meu dia-a-dia é corrido: de manhã as coisas de casa, de tarde trabalho na escola, de merendeira. E de noite estou estudando... Se Deus quiser, termino este ano. De manhã eu faço os afazeres de casa mesmo. Lavo roupa, lavo louça... Aí as meninas também me ajudam. Uma varre a casa, outra passa pano, outra lava a louça, outra lava a roupa... Eu mesmo gosto de lavar louça de manhã, fazer comida... Meu menino, o mais velho, mora aqui comigo, agora ele está trabalhando... Tá trabalhando lá no furo do “Pracuúba”. Ele é vigia. Ele fez o concurso, passou, aí foi chamado pra trabalhar lá, na prefeitura. Trabalha muito. É de noite. Durante o dia ele descansa. É vigia de um colégio. (Entrevista com Dona Moça, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 26/04/2012).

A situação do filho da Dona Moça - empregado assalariado através de concurso público - não é rara entre os moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo.

Trabalho assalariado

É comum encontrarmos moradores que são funcionários públicos, principalmente na Escola Municipal de Santa Luzia, onde todos os funcionários são moradores da comunidade, e em outros colégios da região, como o caso do filho da Dona Moça e o genro de Dona Páscoa: “Esse aí é o esposo da Eliana. Ele trabalha de noite. Lá no Pracuúba também. Ele é vigia”. E a filha dela também: “Está trabalhando lá no Pracuúba, de serviços gerais”. Dona Fátima é professora da escola e conta:

Mana, meu dia-a-dia é muito corrido. Porque eu trabalho... Eu já trabalhei à tarde, já trabalhei na parte da manhã, só trabalhava na parte da manhã, depois eu passei a trabalhar à noite, na outra cadeira. Eu tenho uma cadeira que tá no processo de aposentadoria. E eu estou trabalhando só à noite. Antes disso, quando comecei a trabalhar, eu só tinha uma cadeira. Trabalhava na escola e trabalhava nas hortaliças também. (...) Agora eu planto pro meu consumo, porque eu não tenho muito tempo, porque eu trabalho e... Eu não deixo minha horta de jeito nenhum! Eu tenho minha horta mesmo de medicina caseira e tenho a horta de hortaliças. Eu planto cebolinha, tomate, pimentão, couve... (Entrevista com Dona Fátima, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 3/11/2011).

A pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, frequentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras.



Figura 31: Casa de Dona Valdiza. Abril de 2012.
Foto de Ana Bocchini



Figura 32: Ane preparando almoço para família.
Julho 2012. Foto de Ana Bocchini

Esta situação de trabalhadores assalariados é o que, na teoria do campesinato, é chamado de *trabalho acessório*, como força de trabalho voltada para complementar a renda da família. “Uma vasta série de funções ocupacionais é “encaixada” na situação de camponês como uma ocupação” (SHANIN, 1980, p. 46).

Capítulo II - “As mulheres são que nem os homens”: relações de gênero nas organizações sociais da Ilha

Depois de uma descrição etnográfica mais voltada ao modo de vida de Santa Luzia da Ilha do Baixo, é necessário descrever a dinâmica das organizações sociais da comunidade, dada a sua importância entre os moradores. Essas organizações são permeadas por relações de poder, das quais destacamos aquelas expressas na noção de gênero, principal objeto deste capítulo. Os estudos de gênero podem contribuir para desmistificar preconceitos, revelando que os diferentes contextos culturais elaboram distintas construções do ser homem e do ser mulher.

As mulheres são que nem os homens. Quando é para acontecer um evento que nem esse, se empenha tanto homem, como mulher. É todo mundo. Trabalha em conjunto. Serviço da mulher elas vão fazer, dos homens eles vão fazer (Entrevista com Edivaldo, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 4/11/2011).

É interessante, nesta fala de Edivaldo, observar que quando ele diz que “as mulheres são que nem os homens”, nos passa a ideia de que, para ele, não há funções menos ou mais importantes entre os dois sexos. As diferentes atividades assumidas por homens e mulheres são complementares e necessárias para o dia-a-dia da comunidade.



Figura 33: Mulheres preparando alimentos para a V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Diego Oliveira



Figura 34: Homens trabalhando nos preparativos da V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Claudioney Guimarães

Os diversos estudos sobre mulheres em diversas sociedades trabalham com a categoria *gênero*, em um sentido que vai muito além da simples divisão entre masculino e feminino, homens e mulheres. Ser do gênero feminino ou masculino sempre significou perceber e estar no mundo de modos diferentes. Os sujeitos foram educados e construídos de maneiras diferentes: reprimindo gestos, construindo

posturas, comportamentos e movimentos. É a partir daí que se produzem as diferentes consciências do próprio corpo em homens e mulheres, e é assim que se instituem em cada indivíduo e em toda a sociedade certas verdades e saberes. Sendo gênero uma categoria social, ao mesmo tempo em que ela é organizada socialmente, ela também permeia e influi sobre a organização simbólica e concreta de toda a sociedade, inclusive na produção de valores e nas formas de organização política. É por isso que, para Scott (1991), o gênero é entendido como um modo primeiro de significar as relações de poder. Por *relações de poder* partilhamos da formulação de Foucault (1979):

(...) em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de gênero não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 1979, p.179).

O poder, segundo Foucault, está espalhado pela teia da sociedade.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1979, p. 183).

É nessa perspectiva que entendemos as peculiaridades de mulheres e homens nas relações sociais que são permeadas por diferentes percepções e interações com a sociedade e o ambiente. As relações de poder que, a todo o momento, “passam pelos indivíduos”, estão presentes na utilização dos recursos naturais, na atuação das organizações sociais e em todas as práticas do dia-a-dia. Isto é, o poder não está centralizado especificamente neste ou naquele gênero de modo estático. Ele é parte de negociações e está imbricado na complexa teia de relações sociais.

A simples comparação das atividades de homens e de mulheres é seguramente insuficiente para compreender os fundamentos das diferenças entre práticas masculinas e femininas, em especial no âmbito da família e do trabalho. A diferença de gênero nas práticas

de trabalho são bem visíveis no meio de grupos de mulheres na Amazônia, tanto em zonas rurais como urbanas. Elas relevam, portanto, distintas atividades, na busca de estratégias coletivas, articulando espaços múltiplos, da produção à reprodução, com importantes diferenças quanto à constituição de identidades (CASTRO, 2011, p. 19).

A partir do conhecimento e das práticas sociais presentes nos modos de vida das mulheres, expressos em múltiplas vozes, podemos apreender a diversidade histórica das interações entre as populações amazônicas e a natureza. O estudo de gênero permite “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la” (SCOTT, 1991, p 2).

Esta perspectiva apontada por Scott – manter e mudar a ordem social - nos remete à importância das organizações sociais. A participação das mulheres em associações e cooperativas de base nas comunidades rurais da Amazônia é significativa, avançando em lutas por melhores condições de vida. Podemos destacar alguns exemplos de grupos femininos na Amazônia como as mulheres nos seringais, as quebradeiras de coco babaçu e mulheres indígenas (Simoniam, 2001). Porém, vê-se a necessidade de que haja processos de empoderamento das mulheres, pois:

Só assim elas poderão se desenvolver a partir de critérios que elas mesmas possam definir, e que possam passar pela problemática da sustentabilidade; muitas, inclusive, já demonstraram interesse e buscam informações a respeito. Ainda que em sua maioria as mulheres tenham muito de heroínas, nem nessa Amazônia, nem em diferentes partes do mundo, elas, sozinhas, poderão fazer a revolução cultural que o século atual exige. Nesta perspectiva, ainda que tensas, antagônicas ou mesmo violentas, as relações de gênero são fundamentais (SIMONIAM, 2001, p. 61).

Neste sentido, este capítulo analisa as relações de poder expressas na noção de gênero, a partir da dinâmica das organizações sociais que mais se destacam na ilha. As organizações abrigam um processo de empoderamento não só da comunidade, mas também das mulheres. Um dado etnográfico desta pesquisa é a presença ativa das mulheres não só em uma organização própria, mas também nas associações de moradores, associação de produtores e nos grupos organizados da Igreja católica.

Organizações sociais de Santa Luzia da Ilha do Baixo

Como sabemos, o associativismo e o cooperativismo são iniciativas que reúnem grupos de pessoas com o principal objetivo de superar as dificuldades e gerar benefícios comuns. As associações de base são instrumentos essenciais para a participação da sociedade local na formulação de um modelo para o desenvolvimento da sustentabilidade e para a formação de uma democracia descentralizada.

O associativismo rural é, hoje, uma das dinâmicas sociais mais importantes na Amazônia ribeirinha. O movimento é responsável pela reformulação do cenário político dos municípios, no qual as associações comunitárias agregam a maioria do eleitorado rural, em geral liberto da sujeição do voto às alianças políticas dos chamados coronéis de barranco. O associativismo influi também na reestruturação do espaço rural, pois a legitimidade das “comunidades” se refere igualmente ao reconhecimento de seu significado territorial, como prova a generalização do termo para designar as povoações rurais (LIMA, 2005, p. 353).

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR - e as Colônias de Pesca são as principais formas de associativismo profissional da Amazônia. Desempenharam papel importante nas lutas populares durante a ditadura militar e hoje continuam a defender os direitos trabalhistas dos associados (LIMA, 2005). A ideia de formação de uma *comunidade* e da necessidade dos *comunitários* tomarem a iniciativa de resolverem eles mesmos, através da sua *organização*, problemas como a falta de escolas e postos de saúde, foi sendo assumida por lideranças e formas de associações locais, como ocorreu com a inserção do ensino fundamental na escola de Santa Luzia da Ilha do Baixo:

O pessoal que estava estudando veio e disse: “O estudo aqui pra nós acabou, parou, e a gente não quer ir para Manaus. O que a gente pode fazer?” Aí fui conversar com o pessoal da FETAGRI¹⁶. O rapaz nessa época já estava na EMATER, e ele disse, “o jeito é organizar em grupo de jovem”. Aí eu vim, falei com eles, convidaram os colegas, foram pras outras comunidades, outros municípios também, para reivindicar diante do Governador, que na época era o saudoso José Lindoso. E a gente fez essa reivindicação e ele atendeu. Pra ficar o primário na zona rural. Que só tinha nos municípios. Tinha escola, mas o nível era baixo (Entrevista com Lula Filho, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 4/11/2011).

¹⁶ Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Para melhor organizarem estas demandas e reivindicações, equipes que formavam diretorias foram sendo criadas nas diferentes comunidades da várzea. É muito comum encontrarmos nestas localidades um presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. “Essa nossa organização assim, de ter presidente da comunidade é desde que a comunidade existe. Sempre tem alguém na frente, né?” (Entrevista com Deca, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 29/10/2012). Desta forma, sempre existiu uma liderança para responder às principais questões que envolvem o dia-a-dia de Santa Luzia da Ilha do Baixio, conhecido como o *presidente da comunidade*. A *comunidade Santa Luzia* funciona como uma organização autônoma, uma espécie de associação, com estatuto e diretoria próprios.

A comunidade é o que abrange quase todo o Baixio. Tem estatuto, mas a gente nunca formalizou. Ninguém nunca registrou, mas tem controle de quem participa, tem ata, tem tudo. Só que ninguém paga. Não é que nem na associação dos produtores. Tem a diretoria que é eu, o vice-presidente, o tesoureiro e o secretário (Entrevista com Deca, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 29/10/2012).

Atualmente o presidente é o Deca, o vice o Delmo, Mauzemir é o tesoureiro e a secretária é a Eliana. Observamos, na composição desta diretoria, fortes relações de parentesco. O Deca e o Mauzemir são irmãos. O Delmo é casado com a sobrinha de Deca e Eliana também é sua sobrinha¹⁷. Com esta composição da diretoria, vemos, mais uma vez, que a análise das diferentes categorias não pode ser tratada de modo separado. Neste caso, está entrelaçado o estudo das organizações, do parentesco, da família e da política. Ou ainda, “das formas de sociabilidade cotidiana, das formas de expressão simbólica dos valores, das lutas de família” (Comerford, 2003, p. 21). A presença de familiares e parentes a frente das organizações permite uma maior tolerância frente aos problemas enfrentados.

Em meio a casamentos, heranças, mudanças, permanências, indivisão, subdivisão, trabalho à meia, troca de dias, mutirões, bem como frequência às casas uns dos outros, circulação de crianças, troca de produtos da roça, sem falar ainda de caronas, almoços, caçadas, pescarias, visitas e ajudas nos momentos de doença, e

¹⁷ Ver Anexo III – árvore genealógica

finalmente da *mistura* através de casamentos, sempre tão mencionada, é possível ir formando um padrão de territórios de parentesco, que concentram residências e/ou locais de trabalho (lavouras, roças) de *parentes* reconhecidos e valorizados como tais, bem como *compadres e comadres, territórios* aos quais certas famílias se vinculam no mapeamento social que se produz nas conversas cotidianas, e dentro dos quais há uma liberdade, uma fluência de relações, uma familiaridade, que permite tolerar problemas de animais, água, divisas, bem como desatenções, brincadeiras, dívidas, coisas que em outras circunstâncias poderiam redundar em grandes rompimentos (COMERFORD, 2003, p. 40).

Ainda em relação a importância dada a *família*, Deca nos conta que o principal objetivo desta organização é realizar o “controle das famílias”. Este “controle” se refere à participação das famílias para com a comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio. “Participar da comunidade” significa estar presente e ajudar a organizar atividades comunitárias, participar de mutirões, fazer parte de diretorias ou grupos comunitários. Neste sentido, há casos de pessoas que vivem em Santa Luzia da Ilha do Baixio, mas que dela praticamente não “participam” e, portanto, não são consideradas integrantes da comunidade pelas lideranças. Portanto, pertencer a comunidade, é possuir uma identidade, permeada e preenchida por símbolos, costumes, formas de relação social e formas de apropriação do espaço. Porém, a identidade não é estanque e está sujeita a variações a partir do momento que novos elementos passam a fazer parte de seu cotidiano. O “pertencimento” e a “identidade” não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre e a maneira como age são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (Bauman, 2005).

Assim, a identidade é entendida como um conjunto de significados partilhados e que está sujeita a variações em virtude do processo dinâmico e das redes de relações sociais. A identidade também pode ser entendida como um elemento de coesão do grupo, em que se partilham significados e estratégias comuns. Esta ideia é demonstrada na fala do Deca, presidente da comunidade: “O estatuto abrange o Baixio todo, mas a gente controla isso nas reuniões, na participação. As famílias que não têm direito é porque não participa dos eventos, dos trabalhos quando tem, das reuniões...” (Entrevista com Deca, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 29/10/2012). *As reuniões são momentos* “fundamentais no sentido de estabelecer,

atualizar e consolidar laços que compõem as redes de sociabilidade que atravessam as organizações formalmente estabelecidas e que são fundamentais para a sua existência, “de fato” (Comerford, 1999, p. 59). Eles se reúnem esporadicamente, “quando precisa”:

Se estou bem lembrado, a última reunião foi em setembro, pra escolher o novo presidente. Aí me escolheu de novo. Trocou alguns membros, mas o presidente sou eu novamente, mais quatro anos. Outro motivo para se reunir é, por exemplo, esse negócio do INCRA¹⁸ ... Ou quando vai ter um trabalho... Não tem um calendário igual a associação (Entrevista com Deca, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 29/10/2012).

Outro aspecto interessante dessa organização é a baixa rotatividade da diretoria, em especial do presidente. O mandato é de quatro anos e, desde que ela existe – cerca de 50 anos – houve apenas duas pessoas à frente: o Deca, que está há cerca de 20 anos e, antes dele, o seu Raimundo Lula, filho dos fundadores da comunidade e liderança respeitada. As mulheres têm colaborado como tesoureiras ou secretárias. Atualmente a secretária é uma mulher.

Existem outras organizações em Santa Luzia da Ilha do Baixio, como é a tendência na região. “Outros grupos locais de referência também surgiram, tais como de catequistas, de jovens, de mulheres, entre outros” (Pantoja, 2005, p. 169). Raimundo Lula, filho de um dos fundadores de Santa Luzia da Ilha do Baixio, ao explicar o porquê do seu apelido “Lula”, conta um pouco da trajetória de suas lutas, que iniciaram na década de 1970:

Como o Lula, lá em São Paulo foi presidente do sindicato dos metalúrgicos, aqui também fundamos nosso sindicato, em 1972. E aí o pessoal achava que eu tinha o mesmo espírito do Lula, de brigar, de lutar. E aí calhou uma coisa com outra. Foi deixando o Vieira, porque me chamavam de Vieira, né? E ficou Raimundo Lula, aí saiu o Raimundo e ficou só o Lula. E chegava a Iranduba e fala... “sabe onde fica o Lula?” Aí todo mundo já sabe, onde é, que é aqui no Baixio. E a gente tá por aqui. Aqui nós criamos a nossa sociedade e nos organizamos, pra ficar aqui mesmo (Entrevista com Raimundo Lula, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 4/11/2011).

¹⁸ Deca está aqui se referindo aos créditos fornecidos pelo Programa de Assentamento Agroextrativista do INCRA abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

Lula também contou que o primeiro grupo que formaram foi o de jovens, através da Igreja Católica. Hoje as formas de organização que atuam na comunidade são as seguintes: Associação de Produtores, Time de Futebol (Santos Futebol Clube), Grupos da Igreja Católica, Associação de Pais e Mestres, Cooperativa de Canoeiros e Grupo de Mulheres. Algumas lideranças também participam do STR do Amazonas. Neste capítulo vamos ainda descrever a atuação de três dessas organizações, procurando evidenciar as relações de gênero nelas existentes: Igreja Católica, Associação de Produtores e Grupo de Mulheres, que foram as que, durante o estudo etnográfico, ganharam mais destaque nas falas das pessoas. Um dado etnográfico da pesquisa é a presença das mulheres à frente destas organizações, como integrantes das diretorias.

Igreja Católica



Figura 35: Igreja católica Santa Luzia na época da cheia. Julho de 2012. Foto Gilmara Arouca



Figura 36: Igreja representada em camiseta pintada à mão por integrante do Grupo de Mulheres. Outubro 2012. Foto de Ana Bocchini

A igreja de Santa Luzia da Ilha do Baixio representa muito mais do que a religião católica em si. Ela, assim como a escola, faz parte da história da comunidade e nos remete mais uma vez à ideia de *espaço social reificado*, de Bourdieu: “O espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social” (Bourdieu, 2011, p. 160). Quando questionamos aos moradores desde quando a *igreja* existe, eles falam que foi “desde o início, com os fundadores da comunidade”, como nos relatou Ângela, atual *coordenadora* da igreja.

Tem as equipes que a gente forma dentro da igreja. Tem a equipe de limpeza, de liturgia... Tem a equipe de limpeza de dentro e de fora da igreja. De fora é os rapazes e dentro são as mulheres. Todo sábado tem uma equipe que limpa. E fora são os meninos. A gente coordena assim. (...) Aí no tempo do arraial... Tem as reuniões que a gente faz para ver como estão as coisas. Quando as equipes ficam meio devagar, a gente reúne, pra reanimar de novo. Aí, nos tempos de arraial, no mês de março e dezembro, a gente se reúne pra fazer. Pra ver como vai ser o arraial, os enfeites. A mulherada se reúne pra enfeitar. Nos dias, nas noites de arraial, cada noite um comunitário, as vezes dois, três por noite. E tem as barraquinhas. E a gente como coordenadora que reúne o pessoal, puxa a orelha, né? (risos) (Entrevista com Ângela, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 29/10/2012).

Vemos, portanto, que os coordenadores têm a tarefa de organizar e estimular as atividades dos grupos formados na igreja: de liturgia, de limpeza e de jovens. A Igreja Católica teve, assim como em outras comunidades da várzea do Solimões, papel fundamental no processo organizativo das famílias camponesas. Muitas lideranças na comunidade começaram sua atuação através do grupo de jovens da igreja, que tem papel fundamental nos eventos da comunidade. “Eu comecei nas associações com o grupo de jovens, ajudando nos eventos e atividades que o grupo realizava fazendo palestras sobre drogas e sexualidade, trabalhávamos muito com essa questão” (Entrevista com Nei, 11/07/2012).

Os coordenadores, as lideranças, os jovens que compõem o grupo organizado são *agentes sociais*, como nos sugere Bourdieu (2011), quando diz que “A posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado”. Ângela conta que os jovens são animados e “tudo eles ajudam”. Suzana lembra quando participava do grupo:

Quando eu era mais nova eu era do grupo de jovens, aí eu arrumei marido eu não fui mais. A gente ia pra evento, ia visitar outras comunidades, quando tinha alguma coisa na igreja tinha que ajudar... Eu gostava, era bem animado! São eles que organizam as coisas... Quando vai ter um evento da igreja, o dia de pintar a igreja... (Entrevista com Suzana, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).

Os coordenadores têm um mandato de dois anos e a escolha é feita a partir de reuniões entre os fiéis. Nos últimos quatro mandatos as mulheres se mantêm como coordenadoras, assim como observamos em outras regiões em que as mulheres

camponesas cada vez mais têm ocupado os cargos de coordenações das comunidades religiosas de base ligadas às Igrejas Católicas e Evangélicas (GEBARA, 2010). O cargo de coordenador é visto como de grande responsabilidade e, segundo Ângela nos relata, recentemente tem sido difícil encontrar pessoas que se candidatem ao cargo:

Era a Lane e a Ane, aí elas passaram. Porque são dois anos, aí tira outros pra coordenação. Aí a gente faz uma reunião, e vamos votar. (...) Só que, olha, minha casa é aqui perto da igreja, tudo é aqui em casa! Tudo é assim. Aí a gente luta, faz tudo. Pode ser o coordenador que for, mas a gente tá sempre ajudando. Desde que a Lane e a Ane saíram ninguém quis. Fazia a votação, mas não aceitavam... Aí teve um dia que teve a reunião, teve aquela pressão assim em mim, porque como eu já trabalhava, o pessoal falava “ah, porque você já tá acostumada”... De lá, eu aceitei. Estou tentando fazer o possível (Entrevista com Ângela, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 29/10/2012).

O padre do município de Iranduba celebra a missa uma vez por mês e, nos outros domingos, três ministros que são moradores da comunidade se revezam para fazer a leitura, “de modos que todo domingo tem celebração, a igreja não fica fechada... com exceção agora do período da cheia porque não tinha como” (Entrevista com Valdir, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 10/07/2012).

A igreja de Santa Luzia da Ilha do Baixo, com múltiplos desempenhos na comunidade, que vão além da religião, nos remete ao que Maués (2010) chama de “um novo modo de ser igreja”, que se transforma, ao mesmo tempo, em um novo modo de atuar política e religiosamente” (MAUÉS, 2010, p. 32). Sem, no entanto, abandonar por completo seus princípios, nem sua atitude em relação ao que vem de fora.

Associação de Desenvolvimento Comunitário Santa Luzia

Formada em 1986 é conhecida como *associação dos produtores*, tem hoje 78 associados e é a mais atuante na comunidade. Quando se fala em *Associação* as pessoas estão se referindo a Associação dos Produtores, ou “Associação do Nei”, como é conhecida por muitos. O Nei é o presidente desta organização e é muito respeitado pelos moradores. “A minha primeira experiência como presidente de uma entidade foi na associação de pais e mestres e fiquei por dois anos. Também já tinha participado do grupo de jovens. Meu pai é o Lula. Ele também me incentivou bastante. Agora é assim,

todo mundo acha que eu tenho que ficar à frente destas organizações tudinho! (risos)” (Entrevista com Nei, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

Ele conta que a entidade surgiu da necessidade de um órgão que representasse juridicamente a venda da produção agrícola, pois quando deixaram de produzir a malva e a juta, os produtores não tinham para quem vender as hortaliças.

Hoje em dia conseguimos convênios, algumas parcerias para a realização de ideias para a melhoria na qualidade de vida do lugar. Procuramos trabalhar em grupo, para divulgar nossa produção. A partir desse momento pensamos na festa das hortaliças, que nos ajuda muito nas vendas. O mercado não é certo, por isso fazemos muito mais do que plantar, porque ninguém sabe se realizará a venda. A minha ideia é de que o produtor possa fazer plano e investir em maquinário para escoar sua produção (Entrevista com Nei, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

O Nei é o atual presidente dessa associação e conta com a atuação de seu vice, dos tesoureiros e secretários, muitos deles seus parentes:

O vice é o Valdeir, que não está em casa no momento por que está fazendo faculdade indígena em Iranduba. Ele é meu tio. Meu tesoureiro principal é o Kênio, e o segundo secretário é o Adinaldo, o primeiro secretário é a Neia, que é minha irmã, e o segundo é o marido dela Edson. (Entrevista com Nei, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

Observamos que a configuração dos grupos em Santa Luzia da Ilha do Baixio obedece também a afiliação social via parentesco e compadrio. Em relação a participação das mulheres nesta associação, Valdiza conta que para criar a associação dos produtores algumas mulheres tiveram que se associar para completar o número mínimo necessário de associados, segundo a legislação:

Pra formar essa associação de produtores, ela ia ser só dos homens. Aí nós tivemos que nos associar, as mulheres, pra poder dar a quantidade certa, porque tem uma quantidade, né? Tivemos que nos associar, e até hoje eu sou sócia. Sou sócia fundadora, tem mais de 26 anos, parece... (Entrevista com Valdiza Vieira dos Santos, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

É interessante o que nos contou a Valdiza, que as mulheres se associaram para completar o número mínimo de pessoas necessárias para o processo de formalização.

Com esse relato e a partir das observações participativas realizadas durante a pesquisa, percebemos que a *Associação dos Produtores* tem mais a “cara dos homens”. A maioria das mulheres entrevistadas durante a pesquisa não participa dessa associação, como ocorre na família da Daniela: “Eu só participo da comunidade, daquela associação que o Nei é presidente eu não participo. Meu esposo participa, eu não. Eu ainda não quis” (Entrevista com Daniela, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 26/04/2012) E também de Dona Sabá: “Ele (marido) é da associação... é associado aí... Eu não sou... tem umas coisas aí, o que ele pode ajudar, ele vai.” (Entrevista com Sabá, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).



Figura 37: plantação de pepino. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini.



Figura 38: Casas com roçado ao fundo. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini.

Esta situação faz as mulheres sentirem a necessidade de uma organização própria, que aborde seus interesses específicos. Mesmo que a postura inicial seja participar da vida pública lado a lado com os homens, Pinto (1992) nos diz que a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, mas modifica sua inserção na rede de poderes de sua comunidade, provocando um efeito transformador.

Grupo de Mulheres Unidas do Baixo

Em Santa Luzia da Ilha do Baixo algumas mulheres integram uma organização denominada “Grupo de Mulheres Unidas do Baixo”, que existe há oito anos. Vemos que as integrantes deste grupo estão inseridas num espaço privilegiado não só para a reflexão, como também para a ação. O simples fato de não estarem mais isoladas cada uma em sua casa, e sim muito mais próximas geograficamente do que sempre estiveram antes, já é um elemento novo e mobilizador.

Antes de este grupo ser criado havia um clube de mães em Santa Luzia da Ilha do Baixo.

Fazia roupinha de crochê, capa de liquidificador. Nossa chefe era a Páscoa, ela que comandava o grupo de mães. Então ela que passava, comprava as coisas e falava “bem, você leva pra sua casa e fazem duas bermudas, duas camisas...” aí sábado já levava pronto pra lá. (entrevista com Dona Aldair, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012).

Valdiza, atual presidente do *Grupo de Mulheres*, relata que no clube de mães as mulheres produziam as roupas e vendiam entre si. O interessante é que não havia a intenção de gerar renda, ou de se identificarem como um grupo de lutas por direitos, como a associação de produtores. Era um espaço feminino, ao contrário das outras organizações, próprio das mulheres, que propiciavam momentos prazerosos de conversa, lazer e integração. “Muitas vezes já se observou que, tanto na percepção social quanto na linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado, de certa forma neutro, ao contrário do feminino, que é explicitamente caracterizado” (Bourdieu, 2011, p. 18). Aldair conta: “Mana... eu me dedicava muito pra aquela causa. Deus me livre. Eu dedicava muito mesmo. Eu trabalhava com o maior prazer. Era o maior lazer da minha vida” (entrevista com Dona Aldair, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012). Mas, com o tempo o grupo acabou se extinguindo, como nos explica Valdiza:

A gente trabalhava com roupa, fazia costura... Fazia tapete, fazia cueca, fazia calcinha... A gente vendia para nós mesmo, no grupo. Aí parou porque o povo foi saindo, foi desanimando, aí ninguém queria ir mais pra frente, ninguém queria ser mais presidente... Aí a gente parou, acabou (entrevista com Valdiza, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 10/07/2012).

Assim, em 2005, com o incentivo de uma assistente social o Grupo de Mulheres Unidas do Baixo foi criado. A ideia surgiu a partir da necessidade de criar um espaço próprio onde pudessem se reunir para discutir seus problemas peculiares em meio ao seu trabalho na roça, aos afazeres domésticos, além de produzir artesanatos para ajudar no orçamento doméstico. Essa assistente social, Dona Graça, foi à Santa Luzia da Ilha do Baixo pelas primeiras vezes através de campanha política, mas, com o tempo, foi se tornando próxima de alguns moradores e hoje “faz parte da

comunidade”, como afirmou Dona Valdiza em várias conversas com a pesquisadora. Ela, paralelamente às reuniões políticas que realizava, diz ter se envolvido afetivamente com a comunidade e vive hoje, como ela mesma relata, “como uma madrinha daqui, que já trouxe muitas coisas boas”. Valdiza conta esta trajetória:

Faz uns seis anos que a dona Graça veio com essa ideia de fazer novamente o grupo... A gente já a conhecia. Ela já fazia parte da comunidade faz uns 16 anos. Ela veio aqui através de política. Tem gente que diz que política é ruim, mas política... Para nós... Trouxe pessoas boas, que nos ajudaram, de muitos jeitos. Ela mesma comprava as coisas, com os próprios recursos, e trazia e a gente trabalhava (entrevista com Valdiza, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

Porém, observamos que há, entre a Dona Graça e as mulheres da comunidade diferentes interesses e modos de ver o mundo. Roberto da Matta (1974) chama este tipo de abordagem como uma “prática colonizadora”, onde a pessoa “de fora” busca suas próprias regras, valores e ideias. Valdiza nos conta ainda que “ela queria mais, com negócio de reciclagem. Ela trabalhava com garrafa pet, jornal, mas o povo não se interessava muito, não”. Desta forma, o grupo passou a enfrentar conflitos quanto ao modo de gestão e funcionamento, causando a desistência de muitas integrantes¹⁹. O processo de empoderamento não é algo vivido em harmonia, envolvem processos políticos, de disputa, contradições, negociações, avanços e recuos, entendidos a partir de contextos históricos específicos e das tramas locais.

Porém, em 2010, mesmo com poucas mulheres e sem local para se reunirem, elas continuaram trabalhando. A comunidade construiu um espaço social e o grupo de mulheres ganhou uma sala para as reuniões, como relata Valdiza:

Não tinha onde guardar as coisas. A gente fazia os trabalhos e não tinha onde guardar no colégio. Porque no colégio, todas as salas são usadas. Aí jogavam nossas coisas para um lado, pra outro, colocavam no banheiro... A mulherada ficou com raiva. A gente reivindicou o clubinho, o Centro Social, para o prefeito, né? Aí ele mandou fazer. E a gente ficou com uma sala, só que até hoje... A gente não usa! (risos) Só que agora... Nossas coisas a gente já está guardando lá (entrevista com Valdiza, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

¹⁹ Além disso, com a grande cheia ocorrida em 2009, o grupo perdeu muitos materiais, o que fez com que muitas mulheres se desanimassem.

Em 2011, o projeto de pesquisa e extensão “Mulheres da Floresta: memória, território e políticas públicas nas várzeas do Amazonas²⁰”, contribuiu para a consolidação do grupo. Segundo as participantes houve o aumento da frequência na participação das mulheres nas atividades, pois passaram a ter maior motivação, elevação de autoestima e identificação com as atividades propostas, as quais foram elaboradas conjuntamente. As atividades desenvolvidas foram através de oficinas participativas para produção de artesanatos e produtos alimentícios (confeção de sabão ecológico, produção de pão caseiro, palestra sobre segurança alimentar e manipulação de alimentos, pinturas em panos de prato, tapetes, bolsas e camisetas e oficina de estêncil em camisas).



Figura 39: Mulheres reunidas na escola. Dezembro de 2011. Foto de Ana Bocchini.



Figura 40: Mulheres com camisetas pintadas à mão. Outubro de 2012. Foto de Ana Bocchini.

A partir destas oficinas o Grupo de Mulheres Unidas do Baixo foi se fortalecendo. Durante a quinta e a sexta festa das hortaliças venderam panos de prato e camisetas pintadas à mão. Também tiveram a oportunidade de participar da feira agroecológica da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

As experiências produtivas diversificadas, visando à venda para mercados diferenciados (tanto locais, como em Manaus), não buscam apenas novas fontes de renda, como uma leitura superficial poderia sugerir, mas também a afirmação de laços sociais, a construção de espaços próprios de convivência e exercícios de tomada de decisão. Estas mulheres criam, ao mesmo tempo, um lugar para a valorização do

²⁰ Este projeto ocorreu durante os anos de 2011 e 2012 e foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. Coordenado pela Profa. Dra. Kátia Schweickardt, contava com uma equipe de alunos da graduação e pós graduação, da qual eu fazia parte. Seu objetivo geral foi: “Analisar o impacto social, político e econômico da criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE da Ilha do Baixo e das demais políticas públicas dele decorrentes no modo de vida e nos processos de territorialização a partir da percepção das mulheres”. Paralelamente à pesquisa, atividades de extensão que visavam o fortalecimento do Grupo de Mulheres Unidas do Baixo aconteciam na forma de oficinas.

trabalho, um espaço de fortalecimento da sociabilidade perante a comunidade e da amizade entre as integrantes do grupo.



Figura41: Mulheres produzindo bolsas de juta.
Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura42: Exposição de bolsas e tapetes na UFAM. Junho de 2012. Foto de Kátia Schweickardt

Com a participação da pesquisadora nessas oficinas, percebemos que o Grupo de Mulheres Unidas do Baixo possui destaque dentro da comunidade. As mulheres participam de importantes decisões e colaboram de diversas formas para o desenvolvimento local constituindo-se no alicerce na realização das festas, cuidando também, de modo especial, da alimentação nos eventos realizados na comunidade.

A partir da fala de alguns homens, observamos que a participação das mulheres em organizações próprias provoca um efeito de reconhecimento e valorização de seu significado para a comunidade. “Elas deram um passo à frente com a associação delas. Hoje em dia elas produzem bastante, estão se aprimorando a cada dia que passa.” (Entrevista com Nei, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 11/07/2012). E Valdir, diretor da escola diz:

Uma das coisas que eu sempre falo, que aqui no Baixo sempre dá certo é pelas coisas que a gente faz, que a gente realiza, pela união das pessoas e principalmente pela ajuda mútua entre todos e exclusivamente das mulheres. Porque quando a gente diz que vai fazer algo e as mulheres estão no meio, sai. Funciona. Porque elas não desistem. Se uma não vem, a outra cobre e uma ajuda a outra. Eu sempre coloquei isso como um ponto forte da comunidade. Essa união e ajuda das mulheres. Porque é muito difícil a gente ter alguma coisa que elas não estejam presentes (entrevista com Valdir, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 10/07/2012).

Ao evocar a ideia de *ajuda* umas com as outras e enfatizar a *união* existente entre as mulheres, observamos mais uma vez a presença de redes de solidariedade e padrões de cooperação dentro de um grupo, características do campesinato. Percebemos nesta e em outras falas destacadas anteriormente, a importância dada à união e harmonia interna do grupo e da comunidade.

Os grupos entre si

Esses grupos observados durante a pesquisa etnográfica não são unidades autônomas. Possuem uma relação de interdependência, com troca de informações, amizades, recursos materiais, financeiros etc. Podemos, como sugere Fragoso (2004), chamar essa relação de redes de sociabilidade, quando diz que “parecem não existir dúvidas no fato de que muitos aspectos da vida social estão, efetivamente, organizados como redes” (FRAGOSO, 2004, p.14).

Essa união, essa coisa toda que a gente tem, que em outras comunidades não tem, e que não funciona por aí, porque não é como aqui, é porque a gente não tem ciúmes das coisas. Por exemplo, se escola precisa de alguma coisa da igreja, é cedido sem nenhum problema e ninguém vai dizer “não... pegaram não sei o quê da escola...”. Não tem aquele negócio de dizer “não, tá trancado lá, ninguém pega”. Quando um precisa do outro tá aí pra apoiar, pra ajudar... Essa é uma das coisas principais que eu acho que funciona bem, que não tem a ciúmeira de dizer é da igreja, é da escola, é do time... Claro, respeitando sempre... Se perder, se quebrar, a pessoa responsável naquele momento tem que repor (entrevista com Valdir, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

Exemplo dessa rede de sociabilidade, também chamada por Valdir e outros moradores de *união*, é a relação que a *Associação de Produtores* mantém com os outros grupos. São eles os únicos a terem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ - e conta bancária própria, entre outros instrumentos que respaldam a organização judicialmente. Desta forma, é comum outras organizações da comunidade usarem o CNPJ da associação de produtores para conseguirem recursos. O Grupo de Mulheres Unidas do Baixio foi contemplado em um edital da Fundação Luterana de Diaconia – FLD – com cerca de sete mil reais para realizar oficinas de aprimoramento da produção de artesanatos. A instituição que assinou o projeto foi a Associação de

Produtores e o dinheiro foi passado para conta deles. O presidente Nei tirava o dinheiro e repassava para a presidente do grupo de mulheres.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, os grupos também se envolvem na organização dos eventos que a comunidade promove, como a Festa das Hortaliças, o campeonato de futebol e a festa da padroeira Santa Luzia.



Figura 43: Barraca para venda dos produtos do Grupo de Mulheres na V Festa das Hortaliças. Novembro de 2011. Foto de Diego Oliveira



Figura 44: jovens na preparação da ornamentação da VI Festa das Hortaliças. Novembro de 2012. Foto de Claudioney Guimarães

A Festa das Hortaliças é o maior evento e, apesar de ter a *Associação de Produtores* à frente da organização, todos se envolvem e aproveitam a oportunidade. O grupo de mulheres, por exemplo, tem uma barraca para vender seus produtos. A coordenação da igreja, na VI Festa das Hortaliças em 2012, aproveitou o momento para solicitar recursos às “autoridades” presentes:

A gente este ano ia desmanchar a igreja, pra construir outra maior e de alvenaria. Mas em novembro tem a festa das hortaliças, fica aquele corre-corre, e assim, trabalha pra lá e tem a horta pra ali. Os homens da comunidade têm o roçado deles, é tempo de transportarem as melancias. Aí a gente resolveu deixar passar e desmanchar só para dezembro, depois dos arraiais, depois de Santa Luzia. Porque se não o pessoal não ia ter muito tempo de trabalhar na igreja, desmanchar. Demos só uma arrumada nela. Não sei se tu viste, que a escadaria dela estava toda quebrada, por causa da alagação? Pois é, aí já ajeitou, e pintou também... E esta semana a gente vai enfeitar. E é isso, a gente tá trabalhando pra fazer esta outra. A gente quer pedir ajuda assim, pra construção da igreja, aproveita a festa das hortaliças, né? Que vêm umas autoridades... (Entrevista com Ângela, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 29/10/2012).

Vemos, desta forma, que as organizações sociais locais, além de se envolverem entre si, em uma rede de sociabilidade, envolvem-se com outras instâncias. Schweickardt (2012), na etnografia realizada *Entre as curvas do Rio Juruá*, para compreender a dinâmica social da relação entre Estado e populações locais no médio Juruá, discrimina planos organizacionais de significância, sendo eles: Territorial Político-Religioso, Organizações Sociais, Governamental e Econômico, que se relacionam como em uma arena²¹.

Tal arena, segundo Sardan, seria como um sistema de recursos e oportunidades do qual cada um tenta se apropriar à sua maneira. Os planos de organização aos quais os sujeitos sociais pertencem são diferentes sistemas de poder, revelando assim a sua multacentralidade. Sendo o poder uma dimensão inelutável de toda relação social, tais sistemas de poder supõem a autonomia relativa dos atores que embora dotados de recursos de poder desiguais e desequilibrados, nunca são completamente desprovidos dele (Sardan, 1995; Foucault, 1983) (SCHWEICKARDT, 2012, p. 367).

Afinal, as mulheres são iguais aos homens?

Paulilo (2009), em uma pesquisa realizada com o Movimento das Mulheres Agricultoras – MMA -, parte do pressuposto de que, ao participar de movimentos coletivos feministas ou não, as mulheres tendem a questionar sua posição social subordinada. Percebemos, nas falas das integrantes do Grupo de Mulheres Unidas do Baixo que não há a intenção de se identificarem como um grupo de luta por direitos, mas sim como um grupo para produzir artesanatos e, possivelmente, gerar renda alternativa para a família.

Agora, depois dessa feira... Aí elas se animaram (...). A gente não vendeu tudo, mas vendeu um pouco. E essas (bolsas) que estão aí, não vão estragar. A gente ainda pode vender em outras oportunidades. Então essa feira da UFAM abriu as portas pra muitas coisas... Não adianta a gente desanimar, não (entrevista com Valdiza, comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixo, 10/07/2012).

Porém, com as observações e entrevistas realizadas pela pesquisa, percebemos que o significado do grupo para as integrantes vai além do objetivo de gerar renda.

²¹ A autora utiliza o conceito de *arena* dado por Sardan (1995): um lugar de “afrontamento político”, onde circulam e se relacionam sujeitos sociais de categorias diversas.

Trata-se, também, de um momento agradável, de integração e descontração entre as mulheres, como observamos na fala de Dona Aldair, que participou do grupo anteriormente: “era maior lazer, aquela conversa... era muito legal, era bom...” (Entrevista com Dona Aldair, comunidade Santa Luzia da Ilha do baixio, 11/07/2012). Conversando com as atuais integrantes vemos que as reuniões do grupo são valorizadas e tidas como momentos importantes para a comunidade e para suas vidas.

De qualquer forma, seja um grupo para produzir artigos para geração de renda, ou para propiciar momentos de lazer e integração, ou para as mulheres debaterem seus direitos, ou para um pouco de cada uma destas “funções”, a presença da mulher em grupos organizados, feministas ou não, é:

Modificadora das práticas sociais, quer pela presença em si e seu explícito contraste com a presença de homens, quer por constituir, pelo menos potencialmente, um canal de aproximação com os movimentos feministas, que tanto pode acontecer por uma mútua procura, como pelo próprio surgimento das indagações que norteiam o feminismo no interior de grupos de mulheres no sindicato, independente de qualquer contato efetivo com o feminismo organizado (Pinto, 1992, p. 143).

As mulheres, claro, têm alguns problemas e desafios diferentes dos homens, além de *preocupações femininas*, tais como para com o futuro dos filhos. Mas, quando Edivaldo diz que “as mulheres são que nem os homens”, vemos que, na realidade camponesa da várzea amazônica, o grupo familiar luta em conjunto, elaborando estratégias que envolvem mulheres, homens, idosos e crianças. Muitos camponeses amazônicos, com ênfase nas mulheres, estão discutindo e solicitando a participação nos planos de desenvolvimento. De acordo com Simoniam (2001), independentemente de terem “consciência política” ou não, as mulheres são semeadoras de desenvolvimento. Em alguns desses planos, a perspectiva da sustentabilidade ganha destaque. Com a criação de associações entre os produtores rurais, a implementação dos objetivos da sustentabilidade na Amazônia só pode ser fortalecida. No entanto, não se percam de vista os obstáculos nessa trajetória. Isso porque não bastam as potencialidades do paradigma do desenvolvimento sustentável se não houver, por parte dos moradores - os primeiros usuários dos recursos naturais - as condições de se posicionarem no cenário como sujeitos (Conceição; Maneschky, 2003). Para que as

mulheres camponesas possam se posicionar enquanto sujeitos ativos da sociedade elas devem ser reconhecidas como “produtoras de bens e gestoras do meio ambiente” (PACHECO, 2002, p. 158).

A relação das mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo com a noção de sustentabilidade, articulada com a participação em organizações sociais e seus modos de vida, são questões a serem refletidas no próximo capítulo.

Capítulo III - “E estão falando tanto em meio ambiente...”: conexões entre Santa Luzia da Ilha do Baixio e sustentabilidade.

Após descrever o cotidiano das mulheres camponesas de Santa Luzia da Ilha do Baixio e analisar relações de poder expressas na noção de gênero, este capítulo pretende relacionar as temáticas até então apresentadas com a *questão ambiental e a sustentabilidade*. O título deste capítulo é uma fala de Danielle, 35 anos, ao relatar que a prefeitura ainda não havia recolhido o lixo da comunidade nenhuma vez no ano: “E estão falando tanto em meio ambiente...”.



Figura 45 – lixo acumulado nos quintais das casas. Abril de 2012. Foto de Ana Bocchini



Figura 46- Grupo de Mulheres Unidas do Baixio fazendo dinâmica sobre o olhar. Agosto de 2011. Foto de Ana Bocchini

Termos como *meio ambiente*, *desenvolvimento sustentável*, *sustentabilidade e natureza* passam a fazer parte do vocabulário cotidiano das pessoas das mais diversas realidades. Através de discursos políticos, mídia, escolas, movimentos sociais e outras instâncias, surgem ideias e propostas, superficiais ou não, de alternativas para o desenvolvimento sustentável.

A percepção da crise ambiental mundial faz a ideia de sustentabilidade ganhar corpo e expressão política na adjetivação do termo desenvolvimento. Através do que Escobar (1995) chama de “antropologia para o desenvolvimento” (*development anthropology*), fatores sociais e culturais passaram a fazer parte nas análises sobre o desenvolvimento. Escobar, ao criticar o conceito de desenvolvimento sustentável, propõe uma nova linguagem para tratar das relações entre sociedade e natureza que

permita “às comunidades e nações do terceiro mundo reposicionarem-se nos espaços das conversações e processos globais que estão (re) configurando o mundo” (Escobar, 1995, p. 21).

Autores como Nascimento (2010) e Nobre & Amazonas (2002), defendem que o Desenvolvimento Sustentável se tornou um “campo de disputa”, com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam. O domínio de múltiplos significados é a expressão maior desse campo de forças, que passa a condicionar posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais.

Na academia, o conceito de Desenvolvimento Sustentável também é polêmico e com diferentes interpretações.

Redclift (1987) considera o Desenvolvimento Sustentável (DS) uma ideia poderosa, enquanto Richardson (1997) chama-o de fraude, pois tenta esconder a contradição entre a finitude dos recursos naturais e o caráter desenvolvimentista da sociedade industrial. Já O’Riordan (1993), apoiado por Dryzeh (1997), é de opinião que o DS traz em si a ambiguidade de conceitos, como os de justiça e democracia, e que não por isso eles deixam de ser relevantes. Por sua vez, Baudin (2009) vai concebê-lo como uma nova ideologia. No Brasil, Machado (2005) defende que o DS é um discurso, conforme a proposição de Foucault; enquanto Nobre & Amazonas (2002) afirmam que é um conceito político-normativo, noção que já estava presente no Relatório Brundtland (NASCIMENTO, 2012, p.51-52).

A noção de sustentabilidade possui duas origens. A primeira delas é por meio da ecologia, no que se refere à capacidade de resiliência dos ecossistemas face as ações antrópicas. A segunda é por meio da economia, que ao longo do século XX passou a perceber que o padrão de produção e consumo no mundo não tem possibilidade de persistir. “Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção” (NASCIMENTO, 2012, p. 26).

O atual tipo de desenvolvimento só trouxe, e continua a trazer, degradação ambiental e pobreza, marcada por uma ampla desigualdade social, o que nos faz compartilhar da ideia de Veiga (2008), quando diz que a sustentabilidade é um novo valor. Na sua assimilação pela sociedade, encontra-se a possibilidade da adoção de medidas que venham a mudar, efetivamente, o rumo do desenvolvimento, “levando-o

da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação das oportunidades” (NASCIMENTO, 2012). Seria um equívoco reduzirmos o conceito de sustentabilidade a uma nova medida de eficiência e produtividade. Sustentabilidade se constrói no respeito à biodiversidade, com a participação social nas decisões políticas, na mais justa distribuição de renda e riqueza que garantam a melhoria da qualidade de vida da população. A sustentabilidade se constrói em longo prazo e implica necessariamente na redefinição dos rumos do desenvolvimento. Entendemos que o desenvolvimento sustentável deve ser um processo de mudança e transformação estrutural, que necessariamente deve ter a participação de todos os setores da sociedade.

A natureza polêmica do conceito de desenvolvimento sustentável, seu caráter “essencialmente contestável”, o torna também passível de apropriação política, para dar-lhes sentido prático e realidade material. Os ribeirinhos são parceiros legítimos desta construção, contanto que lhes seja assegurado papel central na definição de metas sociais a serem alcançadas e que as bases reais de sua parceria com instituições ambientalistas sejam reconhecidas, refletindo-se sobre os conflitos que suscita e a existência de dissenso entre as pessoas de carne e osso que constituem a categoria ribeirinho (LIMA, 2005, p. 346).

Dessa forma, quando a sociedade exerce um poder coletivo que acarreta na mudança de comportamentos coletivos e do Estado, acontece o que Lopes (2004) chama de *ambientalização*: um processo que se dá quando a questão ambiental passa a se tornar uma das principais pautas de políticas e iniciativas diversas dos grupos sociais e instituições.

Campesinato e sustentabilidade na várzea

No seio dos debates acerca de propostas de novas alternativas que visem a sustentabilidade, comunidades rurais, indígenas e camponesas ganham destaque por apresentarem maior capacidade de conservar ou recuperar suas práticas tradicionais. Autores contemporâneos como Nazareth Wanderley (1996; 2009), Woortmann (1997), Lima (2005), Petersen (2009), entre tantos outros, relacionam o *desenvolvimento sustentável* às formas como vivem os camponeses.

Contrariando a antiga previsão do inevitável desaparecimento dos camponeses frente ao avanço da agricultura industrial e do capitalismo no campo, são exatamente eles e suas organizações que se apresentam nos dias de hoje, em plena era neoliberal, como uma das mais significativas forças de resistência à ordem hegemônica da globalização. Além de expressarem capacidade para resistir ao poder econômico e político-ideológico que nega a sua permanência enquanto modo de vida e modo de produção, as respostas camponesas a esse mundo hostil podem também ser interpretadas como sinais antecipatórios da sociedade democrática e sustentável que queremos ver construída e consolidada (PETERNSEN, 2009, p.6).

As técnicas de produção agrícola utilizadas por camponeses, transmitidas entre as gerações, podem ser consideradas sustentáveis, gerando uma economia que vai de encontro à lógica capitalista. Em uma visita à casa de Dona Aldair, em agosto de 2012, ela mostrou o roçado se sua família. Numa área está a melancia. Ali, assim que colhem as melancias, já plantam as mudinhas de pimenta de cheiro, que estavam ao lado, em copinhos. Mais perto do rio fica a plantação de feijão-de-praia. Atrás da casa, o cultivo de jambu e mais melancia.



Figura 47 - Área de roçado de Dona Aldair. Mudas de pimenta e plantação de melancia ao fundo. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini.



Figura 48 - Área de roçado de Dona Aldair. Agosto de 2012. Foto de Ana Bocchini.

No entanto, compreende-se o campesinato como parte integrante do dinamismo do capitalismo: “O mercado não é certo, por isso fazemos muito mais do que plantar, porque ninguém sabe se realizará a venda. A minha ideia é de que o produtor possa fazer plano e investir em maquinário para escoar sua produção” (Entrevista com Nei, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012). No

interior desse modelo, o campesinato vive uma tensão entre a apropriação e a autonomia em relação ao sistema. A ausência do assalariamento como forma principal de trabalho, a circulação simples de mercadoria, a produção de subsistência, o trabalho familiar e a pluriatividade²² são algumas características da economia camponesa que a diferencia da economia capitalista de produção.

Na economia camponesa, o capital não utilizado para renovação da produção é usado para satisfazer as necessidades da família. Isto significa que, na economia camponesa, o capital “excedente” não se transforma em lucro, mas é utilizado para a garantia da reprodução familiar, comprando bens básicos que não são produzidos em suas terras. Em Santa Luzia da Ilha do Baixio os agricultores plantam chicória, maxixe, cebolinha, jerimum, melancia, repolho, coentro, tomate, pepino, feijão, milho, entre outros produtos que são usados tanto para o consumo como para a venda. Alguns aproveitam a ida para a feira para venderem seus produtos e comprarem aquilo que não produzem, como o arroz, óleo, açúcar e café. Nas visitas que fizemos às casas dos moradores sempre nos ofereciam uma merenda²³. Durante uma visita à casa de Dona Vita, tomamos café, comemos tucumã e ganhamos um saco de milho de presente. O café e o tucumã foram comprados. O milho, produzido no roçado. Na casa de Dona Amazonas, comemos camarão, que na época da vazante “dá muito”. Já na casa de Dona Raimunda, ganhamos um saco com cerca de vinte pacus, pescados no lago grande do Baixio. Quando chegamos à casa de Dani ela tinha acabado de fazer um pão caseiro, que comemos com refrigerante. Na casa de Dona Severina comemos goiabas colhidas pouco antes e tomamos café.

²² Características abordadas no primeiro capítulo.

²³ A etnografia, com a minha presença na comunidade em diversos momentos, abriu uma relação de amizade, confiança e proximidade. Trecho de diário de campo de agosto de 2012: “O dia passou muito rápido, porque em toda casa que eu paro acabo tomando um café e conversando bastante. Agora que vou de uma casa a outra andando, também acabo parando em casas que não estavam programadas, pois encontro alguém na varanda, a conversa começa e logo me chamam para entrar. Estou muito feliz em ver esta amizade estabelecida. Quando liguei para o Deca perguntando se podia ir, ele disse que eu nem preciso avisar, é só chegar”.



Figura 49: cozinha da casa de Dona Vita. Abril de 2012.

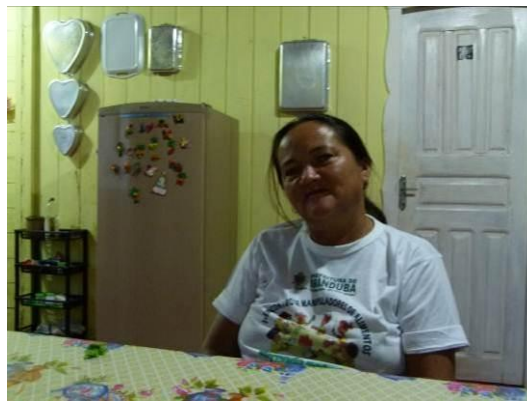


Figura 50: Dona Moça na cozinha de sua casa. Abril de 2012.

Seriam muitas visitas que aqui poderíamos descrever. Em cada uma delas foi possível observar a presença de produtos locais e externos, comprados com o capital excedente.

A unidade camponesa, além de ser uma organização econômica, é uma forma de relacionar-se com o mundo. Ao trabalhar a terra, o camponês realiza o trabalho da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um conjunto de ações técnicas, é também uma série de ações simbólicas. “Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p. 15).

O trabalho é reconhecido pelos camponeses numa dimensão maior do que sua conotação objetiva. Ele possui dimensões simbólicas que extrapolam a construção de produtos ou mercadorias e constroem espaços sociais. O trabalho torna-se um valor não no sentido econômico, mas cultural. Numa relação de convivência com a natureza, o camponês, trabalhador, estabelece novas relações sociais (De BIASE, 2010, p. 187).

O trabalho camponês gera dimensões simbólicas, criadas e recriadas no interior de um processo de relações sociais que transforma a natureza. Para entendermos a construção do roçado, precisamos conhecer tanto o modelo cultural quanto o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens: “ao longo do tempo a natureza é transformada, inclusive pelo próprio processo de trabalho. Transforma-se também o acesso a ela e são recriadas categorias sociais específicas” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p.10).

É interessante notar que o distanciamento existente entre humano e natureza, que a sociedade moderna vem observando, se concretiza muito mais na realidade urbana do que no caso camponês. Não existe uma natureza independente; o mato, a terra, a chuva, o sol e o rio são elementos que estão ao lado do agricultor no processo de produção de alimentos e no cotidiano de suas vidas. As economias camponesas, assim como muitas economias informais urbanas, possuem um padrão em que os recursos naturais (terra, água, animais, madeira, combustível, etc.) são escassos e não têm um caráter mercantil. Então, há uma forte tendência para sua conservação e proteção.

À medida que mais unidades de produção buscam uma transição para padrões poliprodutivos ou multifuncionais (em parte como resposta às incertezas dos mercados globalizados), há uma maior necessidade de externalidades positivas. Novamente, isso se traduz (ainda que indiretamente) em contribuições positivas para a sustentabilidade (PLOEG, 2009, p.29).

Na área ocupada pelo campesinato, a agricultura se desenvolve a partir dos valores e da cultura camponesa, em relação equilibrada com a natureza. A floresta é derrubada em quantidade suficiente para manutenção da produção familiar de subsistência. Sabe-se que o modo de produzir na agricultura camponesa é menos agressivo à natureza do que a agricultura capitalista. As consequências do agronegócio são conhecidas: destruição de paisagens e de ecossistemas, degradação ambiental com erosão dos solos, diminuição e poluição das reservas de água e assoreamento dos rios, entre outros. “Do ponto de vista social, esse modelo desestrutura a diversidade dos sistemas de produção que asseguram a reprodução social dos vários segmentos de camponeses e a biodiversidade agrícola” (PACHECO, 2002, p. 139). Ao contrário dos modos de produção capitalista, a agricultura familiar é baseada numa relação de troca não mercantilizada com a natureza.

Para usar o jargão corrente das ciências sociais, trata-se de um modo de produção multifuncional: além da função essencial de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, ele molda estilos de desenvolvimento rural que mantêm relações positivas com os ecossistemas, criando empregos estáveis e dignos, dinamizando as economias regionais por meio da diversificação de atividades e se adaptando com flexibilidade a mudanças de contextos climáticos, econômicos e socioculturais. Em suma: induz processos de

desenvolvimento triplamente vencedores – social, econômica e ambientalmente –, dando assim concretude ao ideal de sustentabilidade (PETERSEN, 2009, p.8).

Com o maior reconhecimento do baixo impacto da produção familiar sobre o ambiente perante a sociedade, os camponeses da região amazônica passam a ter maior visibilidade. Lima (2005) argumenta que a ideia de desenvolvimento sustentável encontra, na Amazônia, um laboratório para sua experimentação, uma vez que há na região uma vasta floresta tropical a ser preservada como uma sociedade rural com sérias deficiências institucionais e uma economia fortemente dependente da extração de recursos naturais.

Porém, o debate sobre a importância destas populações no processo de desenvolvimento sustentável não tem sido devidamente difundido. Mesmo com as evidências da insustentabilidade da agricultura industrial, ela continua recebendo incentivos do Estado. Petersen (2009) analisa que a insistência no modelo da agroindústria, sem que uma reação social detenha sua produção “só pode ser explicada pela permanente reiteração de uma determinada concepção de modernidade que está entranhada no imaginário coletivo” (PETERSEN, 2009, p. 9). Por outro lado, observamos formas de resistência dos grupos camponeses. Não só a partir de protestos e ocupações, mas a luta pode também se dar pelas beiradas, através da resistência cotidiana, dada pela *cultura*²⁴ *tradicional*. Desta forma a tradição, se por um lado se refere a uma resistência à mudança, por outro está diretamente ligada ao contexto de tempo e espaço em que se vive.

²⁴ Neste estudo compreendemos como cultura uma junção de elementos sociais e ambientais que representam a forma como o homem vê o mundo. “A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Por exemplo, a floresta amazônica não passa para o antropólogo — desprovido de um razoável conhecimento de botânica — de um amontoado confuso de árvores e arbustos, dos mais diversos tamanhos e com uma imensa variedade de tonalidades verdes. A visão que um índio Tupi tem deste mesmo cenário é totalmente diversa: cada um desses vegetais tem um significado qualitativo e uma referência espacial. Ao invés de dizer como nós: "encontre-lhe na esquina junto ao edifício x", eles frequentemente usam determinadas árvores como ponto de referência. Assim, ao contrário da visão de um mundo vegetal amorfo, a floresta é vista como um conjunto ordenado, constituído de formas vegetais bem definidas” (LARAIA, 2001, p.35). Laraia também considera a cultura como um fenômeno natural que possui causas e regularidades, um longo processo acumulativo, que reflete ao homem o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam.

Você tem a sua verdura, você vende... não vende bem, mas vende. Então, toda época você tem seu dinheirinho. Vende, colhe aquela, planta outra... hoje tá tudo mais fácil. Hoje em dia você tem cartão de crédito, antigamente você tinha que comprar tudo. Hoje em dia você mesmo, com cartão de crédito compra suas coisas... (Entrevista com Valdiza, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 10/07/2012).

Percebemos, na descrição etnográfica realizada em Santa Luzia da Ilha do Baixio, o campesinato entrelaçado com a modernidade, em um processo constante de ressignificação do modo de vida. “O adjetivo ‘tradicional’, ao invés de remetido ao passado ‘imemorial’, aqui está referido ao presente e ao futuro, e à definição de uma Amazônia que está socialmente sendo sempre inventada” (SCHWEICKARDT, 2012, p. 139). Tradição e modernidade se combinam e se interpenetram como termos contrários e ao mesmo tempo complementares, ainda que de modo descontínuo, multifacetado, híbrido. Desta forma partilhamos da ideia de Nazareth, quando ela sugere que:

Está na hora de a sociedade brasileira não apenas dar um voto de confiança a esses agricultores (camponeses), mas, sobretudo reconhecer sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país (WANDERLEY, 2009, p. 44).

O caso da “Terra das Hortaliças”

Durante a etnografia realizada em Santa Luzia da Ilha do Baixio, conhecida como Terra das Hortaliças, os olhos da pesquisadora estavam também atentos para diálogos e acontecimentos que envolvessem a *temática ambiental*. Será que aquelas pessoas, e em especial as mulheres, estavam ligados à questão ambiental? As Organizações Sociais tinham preocupações com o desenvolvimento sustentável? Como, a partir da voz e do olhar das mulheres, podemos perceber a sustentabilidade na Amazônia?



Figura 51: Caminhão da comunidade. Novembro de 2011. Foto de Rondinei.



Figura 52: Dona Moça carregando garrafas de água potável. Dezembro de 2011. Foto de Ana Bocchini.

Considerando que desenvolvimento sustentável é a promoção do bem-estar das pessoas sem causar estresses que o sistema ecológico não possa absorver, percebemos no cotidiano e nas falas dos moradores e moradoras de Santa Luzia da Ilha do Baixio algumas manifestações de preocupação com a temática. Uma característica do modo de vida camponês importante para entender sua aproximação com a sustentabilidade é a *orientação para o futuro*. Wanderley (1996) chama essa qualidade comum a grupos camponeses de “horizonte das gerações”, referindo-se principalmente aos investimentos feitos para garantir a sucessão à propriedade de terra e condições de sobrevivência material. Nesta perspectiva, uma das perguntas realizadas nas entrevistas era o que desejavam para o futuro da Ilha e/ou de suas vidas. Os pontos principais abordados nesta temática foram melhorias nas condições de comercialização da produção, apoio técnico para a agricultura e alternativas econômicas apropriadas às condições de produção na várzea. Ao lado dessas proposições de cunho econômico, enfatizou-se também a necessidade de melhoramentos e adequação dos programas de atendimento à saúde e de avanços na educação. “Eu quero que venha mais coisas, que possa ter mais progresso, que possa melhorar. Por exemplo, eu queria que tivesse um posto de saúde para atender as pessoas” (Entrevista com Dona Fátima, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 3/11/2011).

Nas entrevistas, as mulheres também disseram que gostariam que houvesse oportunidades para os jovens concluírem o ensino médio:

Às vezes eu lamento pela falta de oportunidade pro Bruno e pra Daniele. Aqui só tem a escola, não tem opção de cursinho, essas coisas que eu gostaria que eles fizessem. A Daniele já está no segundo ano e o Bruno está no nono, eles não têm aula de computação, inglês, essas coisas, eu gostaria que tivessem. (Entrevista com Danielle, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 25/04/2012).

A expectativa para melhoria das condições de vida, ou para o que poderia ser traduzido como “desenvolvimento local”, inclui, portanto, a ampliação das oportunidades. As falas dos moradores e as propostas das lideranças mostram que desejam inclusão e não isolamento. Querem ter acesso às oportunidades que a sociedade, o mercado e o Estado podem oferecer. Quando os moradores e moradoras falam de problemas de suas vidas na comunidade, perguntamo-nos: quais necessidades básicas fazem parte do cotidiano de trabalho das mulheres camponesas da Amazônia?

Outra questão bastante comentada é referente à água que os moradores bebem:

O mais urgente é a situação da água. A água que a gente toma hoje, daqui do Solimões, com certeza já uma parte já é poluída, porque você sabe que tudo que não presta jogam na água. Esses venenos, que o cara compra pra colocar nas plantas. Quando chove, isso aqui vai para água. Quer dizer, o mais urgente aqui é esse negócio da água. Tem que fazer um poço. Mas tem que ser na terra firme, aí puxa aqui pra várzea. Já tem um ponto que dá para atravessar. É só ter iniciativa da prefeitura, do estado... ou do próprio [governo] federal, através do INCRA. Porque eles já têm participação em várias coisas... (Entrevista com Deca, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 29/10/2012).

Ignacy Sachs (1995) nos diz que o objetivo maior do desenvolvimento deve ser a promoção da igualdade e a maximização das vantagens daqueles que vivem nas piores condições, reduzindo a pobreza, contraditoriamente desnecessária, no nosso “mundo de abundância”. Equidade, para Sachs, significa tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que se apoiem.

Dona Moça também fala sobre a necessidade de um poço artesiano:

E também o poço artesiano. Porque aqui pra gente, se a gente não for pegar água lá na terra firme, a gente não tem uma água de boa qualidade. Se pegar uma água dessa aí, não tem quem queira beber. Antes bebia, mas agora não bebe mais (Entrevista com Dona Moça, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

É interessante essa fala. O passado, por parte dos moradores mais velhos, é frequentemente citado, ora como época de mais dificuldades, ora como tempo de fartura e abundância.

A eletricidade é um marco na comunidade para que hoje ela seja considerada melhor do que antigamente: “Antes, quando não tinha energia, era mais difícil, mas agora já tem e tá bom demais, eu não tenho mais vontade de sair daqui” (Entrevista com Danielle, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 25/04/2012). E também da Dona Aldair, ao dizer que: “Aqui é muito bom! Ninguém tem vontade de sair, porque o que a gente mais precisava, a gente tem, que é a luz. Pra nós ter nossa geladeira, o ventilador no calor, pra dormir...” (Entrevista com Aldair, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012).

Por outro lado é frequente ouvirmos dos moradores que antigamente havia mais abundância dos recursos naturais:

A gente chama Lago Grande do Baixio. Porque tem outros lagos, mas como esse é maior, é lago grande. Dá mais peixe miúdo mesmo... Peixe graúdo que nem pirarucu e tambaqui não têm mais... Antes tinha... eu vi muita fartura neste lago... (risos) a gente olhava assim, chegava na beira desse lago aí, era pirarucu pra todo canto que a gente olhava... boiando... é porque... a malhadeira tanto pegou como espanta. Na época não existia malhadeira, a pesca aí só era na tarrafa e no espinhel, que o pessoal pescava... (Entrevista com Edivaldo, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 4/11/2011).

E completa dizendo que “o pessoal aqui pesca só mesmo pra consumo... mas às vezes, quando pega mais um pouquinho, acaba vendendo. A renda daqui vem da agricultura mesmo.” (Entrevista com Edivaldo, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 4/11/2011).

Tendo a agricultura como principal atividade produtiva, observamos em Santa Luzia da Ilha do Baixio, e em diversas regiões do Brasil, camponeses que se caracterizam por um gênero de vida particular, cujas bases são constituídas pela

agricultura de subsistência, então pouco vinculada ao mercado, e pela sociabilidade dos pequenos grupos de vizinhança. Estas características se diferem da economia capitalista, que é, por sua vez, construída sobre os fundamentos do utilitarismo e do individualismo e que se define pela maximização das utilidades individuais com a determinação do “uso eficiente” dos recursos. A economia camponesa, por sua vez, gira em torno de trabalhadores do campo que não vivenciam diretamente a relação polarizada entre capital/propriedade da terra e o trabalho.

A gente trabalha, já tem experiência. A gente aprende com nós mesmo, com os compadres, com familiares e vizinhos. Pegamos as explicações com quem já trabalhava. Aí o cara passa pra gente e a gente já vai e passa pra outro, que ainda não sabe. E dá tudo certo. (Entrevista com Raimundo Queiroz, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

A comunidade se reproduz através de relações de *reciprocidade*. O compadrio, ou apadrinhamento e o trabalho em grupo são importantes para o desenvolvimento tanto das relações de reprodução como também das relações de produção camponesa²⁵. “Procuramos trabalhar em grupo, para divulgar nossa produção a partir desse momento pensamos na festa das hortaliças que nos ajuda muito nas vendas” (Entrevista com Nei, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 11/07/2012). A construção de cadeias curtas de comercialização, os empreendimentos associativos, a gestão de recursos coletivos (água, sementes, terra, etc.) e os mutirões são alguns exemplos de dispositivos sociais que permitem que o campesinato construa uma relativa autonomia em relação ao sistema capitalista.

Se por um lado observamos uma economia camponesa com uma lógica contrária ao capitalismo, e, portanto, mais próxima dos princípios da sustentabilidade,

²⁵ Na dinâmica da escola também percebemos esta relação de solidariedade e reciprocidade. “Chegando na comunidade fui logo à escola para dar um “oi”. Lá estava uma mulherada: Selma, Bia, Lane, Rai, Eliana, Dani e mais umas três mulheres que não sei o nome. Elas estavam refazendo os enfeites da escola, pois a alagação destruiu os antigos. Acho muito interessante esta junção de professoras, merendeiras, auxiliar de serviços gerais, merendeira, secretária e até algumas que nem trabalham na escola ajudando a fazer uma mesma atividade. Em outras escolas que conheço – urbanas e principalmente particulares - não vemos momentos como este, de trabalho coletivo para algo da escola, sem importar a hierarquia dos diferentes cargos. Elas, antes de serem merendeiras ou professoras são comadres, parentes, vizinhas...” (Trecho de diário de campo. Agosto de 2013).

por outro lado, o uso de agrotóxicos nas plantações apresenta-se como aspecto que vai de encontro às premissas da sustentabilidade.

A gente trabalha com muito veneno né? Usa adubo... a gente gasta mais é adubo. Pra adubar a lavoura... porque se não tiver, não vai né? Veneno pra envenenar capim... e a gente gasta... só o veneno pra capim está cento e tal o litro. 120,00 o litro. Da para um hectare... só que a gente que usa assim, a terra limpa, não nasce muito mato, 1 litro da para o ano inteiro. Porque todo plantio que a gente faz tem que adubar... O repolho... faz duas vezes... três vezes do período dele na terra. Porque quando a gente planta e começa a soltar as folhinhas, a gente vai e tem que adubar. Aí então, tem que comprar o... esqueci o nome do veneno, pra borrifar nele, pra não dar aquela lagarta branca né? Se der aquela lagarta branca, acaba com o repolhal. Tem que passar, porque se não, não dá (Entrevista com Raimundo Queiroz, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

Porém, o uso abundante de venenos nas plantações começa a ser uma preocupação das lideranças da comunidade:

E esse negócio dos agrotóxicos, a gente está se matando né? É visível, já tem gente ficando doente... você está passando na planta e está se prejudicando. E dois dias depois de colher já está vendendo, aí tu vai lá e come. E não pode, porque tem o período de carência, depois que colhe, pra sair um pouco o veneno né? (Entrevista com Deca, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 29/10/2012).

Uma vez constatado que os agrotóxicos estão fazendo mal à saúde dos agricultores e consumidores, alguns passam a pensar em alternativas para a plantação de orgânicos, como o uso dos canteiros suspensos:

A gente está esperando, que ano que vem já tenha um pouco de produção, assim, sem agrotóxico. Já teve aqui, nesse canteiro suspenso a couve né? O pai do Nei também já produziu alguma coisa né? É melhor em canteiro. Espero que de certo, a esperança, se Deus quiser, é que a gente tenha auxílio e consiga ter uma barraca de orgânico. A saída é essa: Uma barraca só de orgânico, se Deus quiser! (Entrevista com Deca, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 29/10/2012).

Percebemos nestas falas do Deca que ele está atento a uma nova tendência da sociedade, onde os consumidores cada vez mais valorizam a autenticidade, os

produtos recém-colhidos, o sabor e a diversidade, estando dispostos a remunerar produtores engajados em formas de produção sustentável.



Figura 53 – canteiro suspenso. Julho de 2012.
Foto de Ana Bocchini.



Figura 54 – ramal para comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio. Novembro de 2011. Foto de Diego Oliveira.

A organização econômica e sociocultural dos camponeses possui peculiaridades. Como vimos, a economia camponesa tem o núcleo familiar como força de trabalho. Suas relações de produção fundamentam-se na satisfação das necessidades da família. Além disso, as atividades produtivas não se limitam à agricultura, mas compõem também atividades complementares como a pesca, o artesanato e trabalhos assalariados. As relações de produção e reprodução não se desenvolvem de forma separada. A produção camponesa está permeada por valores relacionados à noção do trabalho e solidariedade que dão as especificidades ao modo de vida do camponês.

Graças a Deus que a nossa comunidade aqui são uns pessoal tudo unido, que quando vão fazer uma coisa se ajunta tudo, uma ajuda o outro, um ajuda aqui, outro ajuda ali... No tempo da festa das hortaliças, Deus o livre, todo mundo trabalha. Ajunta-se tudo, vão para o igapó tira pau aquele monte de homem, e carrega pau, Deus o livre a pessoa trabalha muito. E as mulheres fazem aquela comida toda... Mas num é pago, porque tudo é ajuda, um ajuda daqui outro dali graças a Deus. Aqui ninguém vira a cara pro outro não, é tudo alegre, satisfeito... (Entrevista com Dona Vita, Comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, 26/04/2012).

E Dona Aldair, ao mostrar sua área de roçado explicou sua dinâmica: o marido carpina, ela planta e o filho cultiva, colocando adubo e tirando as pragas. Vemos, nestas e outras falas que as atividades produtivas, as complementares, os “mutirões” e

o dia a dia encontram-se sob o governo das relações familiares e de *gênero*, que assumem posição central na organização camponesa.

Da mesma forma que os autores até então apresentados relacionam o campesinato com as premissas da sustentabilidade, o mesmo ocorre com as mulheres. Autoras como Pacheco (2002), Siliprandi (2009), Simoniam (2001), entre outras relacionam, em especial, as camponesas e o *universo feminino*, com a construção de um desenvolvimento sustentável.

Camponesas do Baixo

A relação entre mulheres e natureza, entre gênero e sustentabilidade que aqui nos propomos a fazer, não é baseada em uma visão essencialista que relaciona estas categorias como geradoras de vida. Pensamos na mulher como aquela que se insere no mundo público, que se preocupa com a *questão ambiental* e não como sendo essencialmente ligadas à natureza. Tanto a noção de sustentabilidade como a de relações sociais de gênero coloca-se contra uma visão produtivista e economicista, criando um elo entre as duas categorias. Desta forma, o desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais e de gênero.

Como vimos anteriormente, a efetividade da sustentabilidade está articulada à reprodução dos princípios fundamentais do campesinato. Nesse sentido, a revalorização da unidade familiar, especialmente dos espaços femininos de produção, pode ser uma premissa fundamental para o fortalecimento do campesinato e, por sua vez, para a construção de uma agricultura sustentável.

No contexto da agricultura familiar, o poder sobre as decisões que afetam a família enquanto unidade de produção e também enquanto núcleo de convivência é outorgado aos homens, cabendo às mulheres um lugar subordinado. As atividades consideradas *produtivas* (que geram renda) valem mais que as *reprodutivas* (de manutenção das pessoas), sendo as primeiras identificadas como do universo masculino e as segundas, do feminino (Siliprandi, 2009). Entretanto, na prática, homens e mulheres transitam entre essas atividades sem se restringirem, obrigatoriamente, apenas a um dos campos. Se a produção para o mercado é governada pelo pai, a produção para autoconsumo é governada pela mãe. O alimento que será produzido exclusivamente para o consumo da família é domínio materno. A

horta, o pomar, a criação de pequenos animais e o cultivo de remédios caseiros, constituem espaços femininos. Os espaços de fora – o mato, a roça, o comércio – são masculinos. Os espaços de dentro – a casa e seus arredores – são femininos (Woortmann, E.; Woortamann, K., 1997). Como família e trabalho são inseparáveis na organização camponesa, assim são homens e mulheres.



Figura 55 – mulheres amarando maços de couve e cebolinha para venda. Novembro de 2011. Foto de Claudioney Guimarães.



Figura 56 – Valdiza preparando alimentos. Fevereiro de 2012. Foto de Ana Bocchini.

As atividades que as mulheres exercem apresentadas no primeiro e segundo capítulo deste trabalho – ajuda no roçado, cultivo de plantas medicinais e horta, cuidados com a casa e a família – as fazem sujeitos produtivos. Elas são criadoras e transmissoras de uma cultura camponesa, que se expressa, por um lado, nas atividades que ainda estão sob sua responsabilidade e que elas têm a função de perpetuar. Mais do que as atividades ou tarefas em si, o que está em jogo é a transmissão às novas gerações de valores e símbolos, associados à autonomia e à *dignidade camponesa* – temas sobre os quais elas podem dar testemunhos *pró-ambiente*, em função das suas atribuições e papéis sociais atuais (Siliprandi, 2009).

As mulheres estão, a todo o momento, nos eventos e nas atividades cotidianas. Quando podem, ajudam na agricultura, ou cuidam de um trabalho específico na horticultura, mas é no cuidado com a casa que o trabalho é mais intenso. Na casa as mulheres cozinham o alimento, e é na casa que todos recompõem as forças para as tarefas cotidianas. “As mulheres estão por todo lado, no meio rural e urbano, envolvidas nas mais diversas atividades econômicas e socioculturais, o que independe de sua origem etno-racial ou cultural” (SIMONIAM, 2001, p. 61).

Porém, os estudos eco feministas apontam para a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar, que é vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e da unidade produtiva é socialmente concedida ao homem.

Atentando para a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura e para a importância das outras atividades que elas desempenham no conjunto da unidade familiar, Pacheco, na década de 1990, escreve os primeiros trabalhos reivindicando uma maior participação das mulheres camponesas nos projetos de desenvolvimento sustentável. Ela propunha que os projetos agroecológicos passassem a dar destaque àqueles espaços de produção em que as mulheres assumiam o papel principal e, com isso, passassem a reconhecer as próprias mulheres como sujeitos produtivos. Afinal, essas atividades eram importantes para a segurança alimentar, para a complementação de renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade.

Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar: preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras (incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, porém com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.) (SILIPRANDI, 2009, p. 143).

Pacheco discute essa questão usando como referência algumas eco feministas, que mostravam que a exploração do trabalho das mulheres, tanto na esfera produtiva como reprodutiva, obedecia à mesma lógica da exploração da natureza. Desse modo, levantou a questão da necessidade de empoderamento das mulheres, considerando-as como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente, assim como portadoras de uma lógica não destruidora da natureza:

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre os recursos genéticos e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar. [...] Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da

biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural. (PACHECO, 2002, p. 20)

O enfoque no desenvolvimento sustentável valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres, envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo na unidade familiar. O grupo familiar camponês age como unidade, com diferentes atividades que são ancoradas em relações de gênero tal como pensadas e vividas nessas sociedades e não como poderíamos pensá-las do ponto de vista de um feminismo ocidental, construído em determinado tempo histórico (Shiva, 1995, p. 90-95). O grupo familiar luta em conjunto, elaborando estratégias que envolvem mulheres, homens, idosos e crianças.

De Biase (2010), em seu estudo sobre “a articulação entre o campesinato e agroecologia: espaços femininos e masculinos” classifica as mulheres como representantes dos espaços endógenos – da família, da alimentação, das sementes. Desta forma elas têm muito a oferecer no processo de construção da autonomia, reciprocidade, assim como, dos aspectos morais tradicionais, distanciados da lógica de maximização dos lucros e aproximados à lógica da sustentabilidade.

O Grupo de Mulheres Unidas do Baixio atualmente

Os dois anos desta pesquisa coincidiram com os dois anos do projeto de pesquisa e extensão *Mulheres da Floresta*, cujo um dos objetivos era o fortalecimento do Grupo de Mulheres Unidas do Baixio. O projeto, segundo relatos das mulheres contribuiu com o funcionamento do grupo. Mas, o interessante é que, mesmo após o término do projeto elas continuam trabalhando. Durante 2013, quando não estamos mais fazendo visitas periódicas ao Baixio, mantemos contato através de telefonemas, redes sociais e visitas em datas comemorativas. Algumas vezes recebi telefonemas ou mensagens no *facebook* sobre a atuação do grupo. Também as visitei no aniversário de dois anos da Lohana, neta da Valdiza, que a vi crescer. Nestes “encontros” me contaram que receberam encomendas e continuam produzindo e reunindo-se.



Figura 57: foto postada no facebook pela Nonata, integrante do Grupo de Mulheres Unidas do Baixo em 26/05/2013²⁶.



Figura 58: aniversário de dois anos da Lohana. 24 de fevereiro de 2013.

Atualmente, com a organização do grupo “Mulheres Unidas da Ilha do Baixo” as mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo têm desenvolvido atividades em que estão reinventando parte de seu cotidiano, pois se reúnem para discutir temas relacionados a vida na comunidade e estão fortalecendo a produção artesanal de bolsas e outros produtos. Percebemos que as mulheres possuem um espaço de autonomia, não somente em relação a produção de artesanato, mas também de opinião junto aos demais membros da comunidade, alguns aspectos de seu modo de vida é intrínseco ao seu espaço e ao modo como dão significado aos elementos de seu cotidiano.

Sendo assim, nossa etnografia mostra que as mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, principalmente por meio de seu grupo organizado, apresentam correlações positivas entre processos de sustentabilidade e o empoderamento feminino, seja no âmbito dos núcleos familiares ou da comunidade e organizações sociais. As relações de poder intrínsecas a este processo determinam as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade e, portanto, na construção do desenvolvimento sustentável.

²⁶ Legenda colocada por Nonata no *Facebook*: “É galera muito trabalho. De 400 bolsas, faltam apenas 49 para pintarmos. E entregarmos na quarta. Terminando as 400, vamos costurar mais 500. Valeu coleguinhas de trabalho, força pra continuarmos e ganharmos essa graninha extra”.



Figura 59 – Grupo de Mulheres Unidas do Baixo em visita ao teatro Amazonas em Manaus. Foto de Diego oliveira. Junho de 2012.

As mulheres do Baixo não se colocam como vítimas da sociedade e do sistema, nem como salvadoras do planeta, mas como mulheres agricultoras que contribuem, à sua maneira, em seus cotidianos, com a ideia que partilhamos de Shanin, quando diz que o campesinato vem cumprindo a função de luta para combater opressões do capitalismo (SHANIN, 1980).

Considerações finais

As diferentes formas como os moradores da várzea amazônica vivem configuram diferentes camponeses. “A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral” (SHANIN, 1980, p. 44).

A partir do conhecimento e das práticas sociais presentes nos modos de vida dos camponeses de Santa Luzia da Ilha do Baixo, expressos em múltiplas vozes, podemos apreender a diversidade histórica das interações entre as populações amazônicas e a natureza.

A constituição da condição camponesa é baseada em modos de coexistência: sob formas de comunidades, na relação com a natureza e nas práticas costumeiras para manutenção e a reprodução de um modo de vida compatível com a ordem social moderna. O camponês vive seu dia a dia não em um contexto isolado, mas articulado às ordens culturais dominantes, existindo em seu cotidiano a influência da cultura moderna sobre a tradicional e vice-versa.

O valor do modo de vida camponês se dá na forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, modalidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira (WELCH, et al, 2009, p.13).

A reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo moderno, e não resquício do passado. O debate ambiental desenrolado em fins do século XX também associa, por diversas vertentes, o papel das mulheres aos processos de desenvolvimento e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Suas práticas têm sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna, da flora, de seus cursos d'água, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural do grupo (CASTRO, 2001, p. 15).

Enquanto mulheres do campo, a concepção do tempo social e do tempo individual encontra-se mediada pela percepção do tempo da natureza. Pudemos observar, nos capítulos anteriores, que as mulheres possuem um papel preponderante na gestão dos recursos naturais. Atividades como o cultivo e coleta de hortaliças, frutos, ervas e plantas medicinais e os cuidados com a água, requerem um aguçado conhecimento dos ecossistemas circundantes e das peculiaridades dos ciclos naturais. A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda, da comercialização, ou seja, na reprodução da vida.

Dessa forma, além de sua colaboração fundamental em termos de processo de reprodução social e biológica, a contribuição das mulheres nos processos de produção agrícola, extrativista e artesanal tem sido largamente revelada e, assim: “desde o final da última década de sessenta, a questão ambiental tem contribuído para o processo de revelação da importância da mulher nos programas de desenvolvimento” (SIMONIAM, 2001, p. 37).

Marcela Lagarde (1999) diz que o atual modelo de desenvolvimento atribui prioridade aos interesses masculinos, gerando desigualdade e pobreza. Uma nova concepção de desenvolvimento surge como produto de uma visão feminista, com perspectiva de gênero, e implica uma ruptura com todas as concepções anteriores de desenvolvimento, bem como a irrupção no campo teórico-político do novo paradigma em que se inscreve o feminismo. Por isso, a perspectiva de gênero não seria para a autora somente um novo enfoque, mas uma nova concepção de mundo.

O que pudemos perceber em Santa Luzia da Ilha do Baixo é que as mulheres, apesar de não estarem a frente das organizações sociais mais importantes da Ilha (Associação de moradores e de produtores), elas utilizam estratégias não oficiais para resolução dos problemas do dia a dia. Com forte atuação nos bastidores, nas famílias e

na igreja, seus modos de ver e entender o mundo rebate nas organizações de destaque. É desta forma que o olhar desta pesquisa caminhou junto com a teoria do campesinato, onde há um conjunto de relações sociais das quais as mulheres são parte. Na realidade estudada, a partir da descrição etnográfica feita até aqui, as mulheres são vistas como peças importantes e valorizadas; nem elas, nem os homens, as vem como vítimas, mas sim como protagonistas.

Os membros da família que aparentemente ganham menos destaque na vida camponesa – esposa, filhos, agregados – não são seres inertes dentro do aglomerado familiar, atuando apenas como mão-de-obra *suplementar* a que se recorria em caso de necessidade. São pessoas que ocupavam determinados papéis produtivos e sociais dentro da família, “detentoras de saberes diferenciados acumulados por essas experiências e, sobretudo, sujeitos dotados de desejos e necessidades capazes de influenciar também as decisões sobre o futuro do empreendimento familiar” (Siliprandi, 2009, p. 146).

Entendemos que esta concepção de mundo abarcada na teoria do campesinato, está intrinsicamente relacionada aos princípios da sustentabilidade, segundo o qual condições ecológicas e sociais são internalizadas na visão sobre os processos econômicos em curso (Leff, 2001). Ou seja, o processo de construção da sustentabilidade não pode estar submetido apenas à mensuração exclusiva de indicadores econômicos, como a renda, ou de indicadores de conservação de espécies da fauna e flora, de formas de manejo, etc. Ele deve incorporar uma visão holística da sociedade, com indicadores como condições de acesso, uso e propriedade sobre os recursos naturais, condições sociais em que vive a população (acesso à educação formal e atendimento a saúde, por exemplo) e condições da cultura regional, sempre com uma visão do modo de vida do grupo social analisado.

A noção de sustentabilidade apresentada pelos moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixio e em especial pelas mulheres, durante a etnografia realizada, procura incorporar essa *visão holística* da sociedade. Suas preocupações estão muito mais no campo da educação e da saúde, mas também questionam elementos sobre o cotidiano, que envolvem a qualidade da água e dos alimentos e o problema da destinação do lixo.

Nos três capítulos anteriores, procuramos relatar o fruto que a pesquisa etnográfica gerou.

Se a etnografia produz interpretações culturais através de intensas experiências de pesquisa, como uma experiência incontrolável se transforma num relato escrito e legítimo? (...) Analisando esta complexa transformação, deve-se ter em mente o fato de que a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual (Clifford, 1998, p. 21).

Terminamos então, lembrando o que Geertz (1989) fala sobre os "textos" antropológicos, que são interpretações sobre as interpretações nativas, já que os nativos produzem interpretações de sua própria experiência. Tais textos são "ficções", no sentido de que são "construídos". Esse aspecto resulta em um questionamento constante do pesquisador a respeito dos limites de sua capacidade de conhecer o grupo que estuda e na necessidade de expor, em seu texto, suas dúvidas, perplexidades e os caminhos que levaram a sua interpretação, percebida sempre como parcial e provisória.

Bibliografia

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?** São Paulo: Anablume, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de Quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2ª edição, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Trad. MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENATTI, J. H. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos.** Manaus, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Maria Helena Kühner (tradutora). 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **A miséria do mundo.** 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CANDIDO, Antonio. **As formas de solidariedade.** In: WELCH, C. A.; MAALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. (orgs.) *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas.* Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo De Estudos Agrários E Desenvolvimento Rural, 2009.

CASTRO, Edna. **Prefácio.** In: SIMONIAN, Lígia. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CAVALCANTI, C. **Pensamento econômico, saber ecológico tradicional e regimes de troca fundados no altruísmo: nova perspectiva disciplinar para entender a sustentabilidade.** In: _____ (Org.). *Desenvolvimento e natureza. Estudos para uma sociedade sustentável.* 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica.** In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.) *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2003.

_____. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 1999.

CONCEIÇÃO, M. F. C.; MANESCHY, M. C. **Pescadores, Agricultores e Ribeirinhos na Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade.** Boletim Rede Amazônia. Ano 2, n. 1. Rio de Janeiro, 2003: 61-69.

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia.** Manaus, EDUA, 2005.

Da MATTA, Roberto. **O ofício de Etnólogo, ou como Ter “Antropological Blues”.** 1974

DE BIASE, Laura. **A articulação entre o campesinato e agroecologia: espaços femininos e masculinos.** *Cadernos de Campo*, N. 13. São Paulo: 2010.

Escobar, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World.** Princeton: Princeton University Press, 1995

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRAXE. Therezinha J.P. **Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

_____. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

FRAGOSO, António. **Investigando em rede no desenvolvimento local: Um estudo de caso.** Ata do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação (2004).

GARCIA JR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores.** 1983. Paz e Terra: Rio de Janeiro.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos.** Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura.** In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S.: **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo: desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas y Horas, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2011.

LEFF, Enrique. **A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos**. In: _____. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves Silva. Blumenau: FURB, 2000. p. 95-141

_____. **Epistemologia Ambiental**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2010

LIMA, Deborah (org.) **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005.

_____. **Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da Sustentabilidade nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões**. Boletim da Rede Amazônia. Ano 3. Nº 1. 2004.

LIMA, D. & ALENCAR, E. **A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões**. In: Lusotopie. 2001: 27-48. <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lima.pdf>>, acesso em 01/02/2012.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural**. Revista Estudos Feministas , 16(3): 336. Florianópolis, SC , setembro-dezembro/2010.

LOPES, José Sérgio Leite. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MAUÉS, Heraldo Raymundo. **Comunidades “no sentido social da Evangelização”: CEBS, camponeses e Quilombolas na Amazônia oriental Brasileira**. Revista Religião e Sociedade, Vol. 30, N.2: 13-37. Rio de Janeiro, 2010

MORIN, Edgar. **Por um pensamento ecologizado**. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (orgs). Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Revista Estudos Avançados, Vol. 26, N. 74. São Paulo: 2012

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. (Org.) **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. Ibama, 2002.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e Igualdade de gênero**. In: Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PANTOJA, M. C. **A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida**. In: LIMA, Deborah (org.) Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005.

Paulilo, Maria Ignez S. **Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. Vol. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PETERSEN, Paulo (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PINTO, C. R. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político**. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. Revistas Agriculturas: Experiências em Agroecologia, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Uma categoria rural esquecida (1963)**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. Vol. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo De Estudos Agrários E Desenvolvimento Rural, 2009.

SACHS, I. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Revista Estudos Avançados, Vol. 9, N. 25. São Paulo: 1995

SCHWEICKARDT, Kátia Helena S.C. **Faces do Estado na Amazônia: entre as curvas do Rio Juruá**. São Paulo: Anablume, 2012.

_____. **O lugar onde o mundo se inverte: A “Casa do INCRA” na Resex Médio Juruá**. In: FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; CASTRO, A. P. (orgs). Amazônia: cultura material e imaterial. São Paulo: Anablume; Manaus, UFA, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade: mulher e educação. Porto Alegre, v.15, n.2, p.11-38, jul./dez.1991.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos CEBRAP, nº 26, editora Vozes, 1980.

SHIVA, V. **Abrazar la vida – mujer, ecología y supervivência**, Madrid: Horas y Horas, 1995.

SILIPRANDI, E. **Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural**. In: PETERSEN, PAULO (org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SIMONIAN, Lígia. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. Vol. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo De Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. In: PETERSEN, PAULO (org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS G17. Processos sociais agrários, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WELCH, C. A.; MAALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. (orgs.) **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo De Estudos Agrários E Desenvolvimento Rural, 2009.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

WORTMANN, E. F. **Família, mulher e meio ambiente no Seringal**. XX Reunião da ANPOCS. Universidade de Brasília, 1996.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Ed. da UNB, 1997.

**Anexo I - aprovação da pesquisa no comitê de ética
CEP/UFAM**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0034.0.115.000-11, intitulado: **“MULHERES DA FLORESTA: MEMÓRIA, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS NAS VÁRZEAS DO AMAZONAS”**, tendo como Pesquisadora Responsável Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 30 de março 2011.

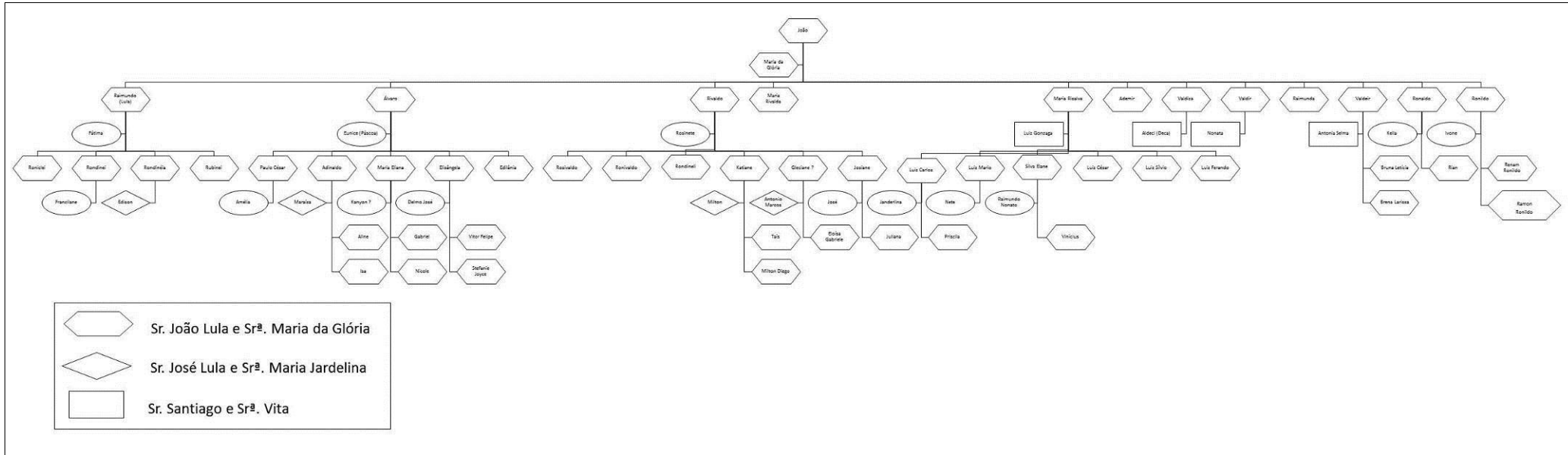
Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador CEP/UFAM

Anexo II - Relação das viagens à campo

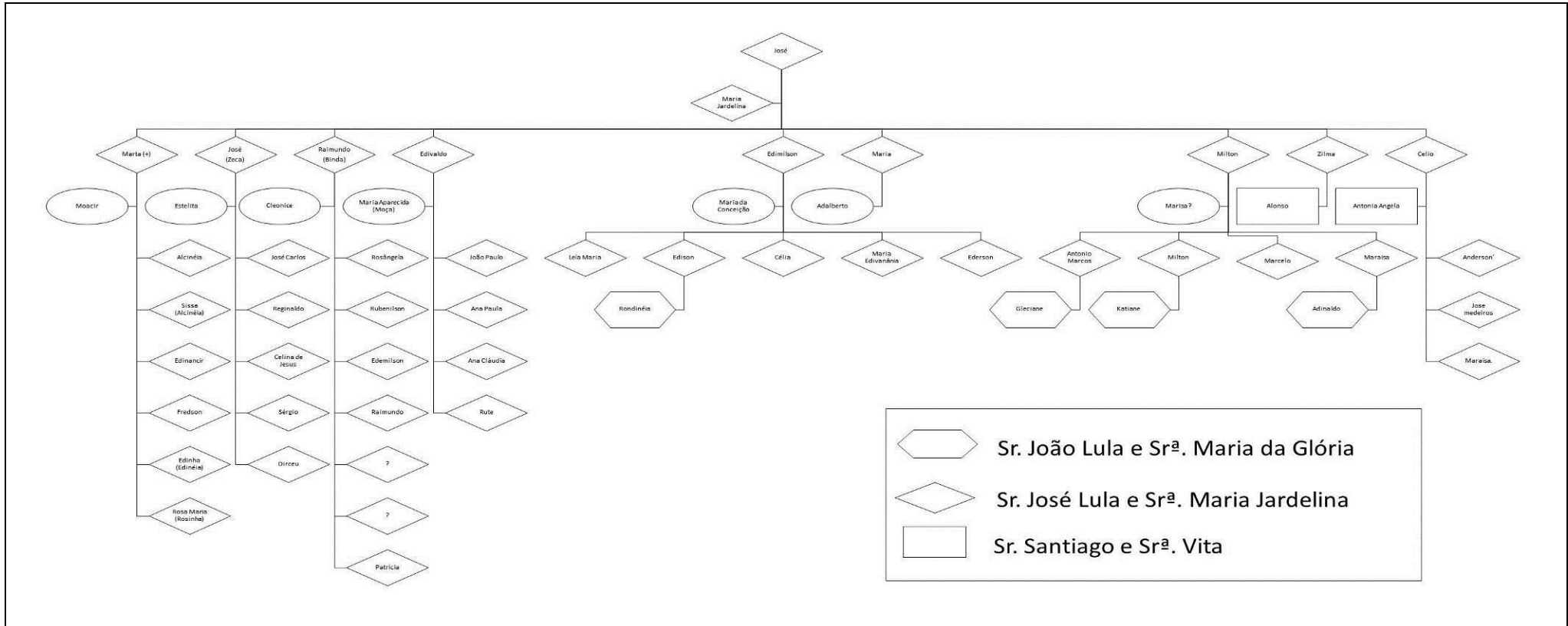
| Data | Atividade |
|-------------------------------|---|
| 06/06/2011 | Observação participante: Conhecer a comunidade, integrantes do Grupo de Mulheres Unidas do Baixo, me apresentar e participar do “Dia do meio Ambiente” na Escola Municipal de Santa Luzia. |
| 18/08/2011 | Observação participante: Contribuir com a oficina de pintura dada ao Grupo de Mulheres Unidas do Baixo. |
| 14/09/2011 | Observação participante: Contribuir com a oficina de pintura em panos de prato dada ao Grupo de Mulheres Unidas do Baixo. Realização de “entrevista teste”. |
| 3/11/2011 a 6/11/2011 | Observação Participante: participação dos momentos de preparação e V Festa das Hortaliças Realização de entrevistas. |
| 01/12/2011 | Observação participante: Contribuir com a oficina de confecção de doces e geleias com produtos locais dada ao Grupo de Mulheres Unidas do Baixo. |
| 24/02/2012 | Observação participante: Contribuir com a oficina sobre segurança alimentar dada ao Grupo de Mulheres Unidas do Baixo. Realização de entrevistas. |
| 15/03/2012 | Observação participante: Contribuir com a oficina de pintura em juta dada ao Grupo de Mulheres Unidas do Baixo. Realização de entrevistas. |
| 23/04/2012 a 27/04/2012 | Observação participante: Contribuir com a oficina de pintura em juta dada ao Grupo de Mulheres Unidas do Baixo / dia a dia na comunidade Realização de entrevistas |
| 21/06/2012 | Observação Participante: Visita das integrantes do Grupo de Mulheres Unidas do Baixo à Manaus (Teatro Amazonas, Bosque da Ciência e UFAM) organizada pelo projeto <i>Mulheres da Floresta</i> . |
| 09/07/2012 a 12/07/2012 | Observação participante: Contribuir com a oficina sobre “reflexões sobre a atuação do Grupo de Mulheres Unidas do Baixo” / dia a dia na comunidade. Realização de entrevistas |
| 27/08/2012 a 29/08/2012 | Observação participante: dia a dia na comunidade. Realização de entrevistas |
| 15/10/2012 | Observação participante: Contribuir com a oficina de pintura em camisetas dada ao Grupo de Mulheres Unidas do Baixo |
| 10/11/2012 | Observação participante: VI Festa das Hortaliças |
| 23/11/2012 | Observação participante: Contribuir com a oficina de encerramento do projeto mulheres da floresta dada ao Grupo de Mulheres Unidas do Baixo. |

Anexo III - árvores genealógicas

Esquema familiar do Sr. João Lula e da Sr. Maria da Glória, e sua relação com a família de José Lula e Maria Jardelina, e a família do Sr. Santiago e da Sr. Vita.



Esquema familiar do Sr. José Lula e da Sr. Jardelina, e sua relação com a família de João Lula e Maria da Glória e a família do Sr. Santiago e da Sr. Vita.



Anexo IV - termos de consentimento



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

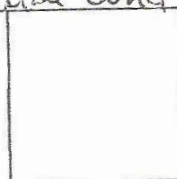
Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, M^{te} RAIMUNDA TRINDADE LIMA entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Maria Raimunda Trindade Lima Data 24/2/12
Assinatura do (a) entrevistado (a)

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

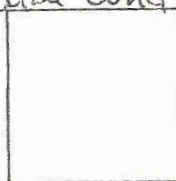
Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, M^{te} RAIMUNDA TRINDADE LIMA entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Maria Raimunda Trindade Lima - Data 24/2/12
Assinatura do (a) entrevistado (a)

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

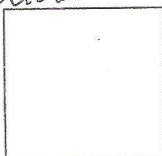
Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, SEVERINA MARIA DA SILVA entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Severina Maria da Silva Data 28/8/12
Assinatura do (a) entrevistado (a)

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, RONDINEI SILVA DOS SANTOS entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Rondinei Silva dos Santos
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 28/8/12



Impressão do Polegar

Assinatura da pesquisadora



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

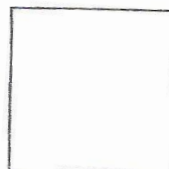
CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, SUZANA COSTA QUEIROZ entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Suzana Costa Queiroz
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 11/7/12

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

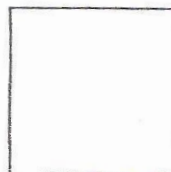
CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, SEBASTIANA GUEDES OLIVEIRA entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Sebastiana Guedes Oliveira
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 11 / 7 / 12.

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixio, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixio, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixio e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixio. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, VALDIR VIEIRA DOS SANTOS entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Valdir Vieira dos Santos
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 10/7/12

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

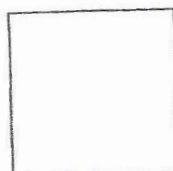
CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, EDIVALDO VIEIRA DOS SANTOS entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Edivaldo Vieira dos Santos
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 26/4/12.

Ana G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, Raimundo Vicente Queiroz entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Raimundo Vicente Queiroz
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 26/4/12

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

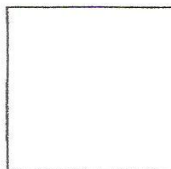
CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, Maria Aparecida Aquino dos Santos entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

M. Aparecida A. dos Santos
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 26 / 4 / 12.

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres da floresta e sustentabilidade*. O referido projeto se refere a pesquisa de mestrado da aluna Ana Gouvêa Bocchini do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA, orientado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt da UFAM. O objetivo do projeto é analisar a relação entre os processos de construção da sustentabilidade e o modo de vida das mulheres ribeirinhas. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas socioambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradoras da Comunidade Santa Luzia do Baixo. As entrevistadas terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

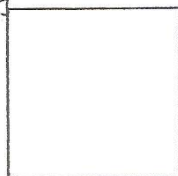
CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, Eunice Oliveira dos Santos entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Data 14/9/11.

Eunice Oliveira dos Santos
Assinatura do (a) entrevistado (a)

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

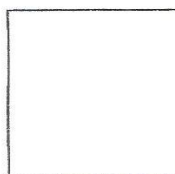
CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, MARIA JOSÉ DE LIMA E SILVA entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Maria José de Lima e Silva
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 26/4/12

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

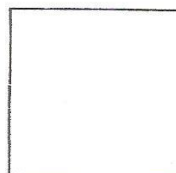
CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, DANIELA DA SILVA E SILVA entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Daniela da Silva e Silva
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 25/4/2012

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixio, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixio, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixio e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixio. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, ALDAIR ROBERTA DE SOUZA entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Data 28/8/12

Aldair Roberto de Souza
Assinatura do (a) entrevistado (a)



Impressão do Polegar

Assinatura da pesquisadora



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

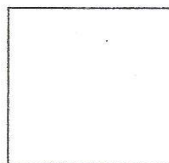
Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, VALDIZA DOS SANTOS SILVA entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Valdiza dos Santos Silva
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 28/8/12



Impressão do Polegar

Assinatura da pesquisadora



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convido V.Sa. a participar do projeto de pesquisa *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo, no baixo Solimões: modo de vida e sustentabilidade* coordenado pela aluna Ana Gouvêa Bocchini, do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA, inserido no projeto *Mulheres da floresta: memória, trajetória e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais da UFAM.

O objetivo deste projeto é descrever e analisar as percepções das mulheres acerca de seu modo de vida e das organizações sociais da comunidade Santa Luzia do Baixo, evidenciando suas possíveis correlações com a noção da sustentabilidade. Tal pesquisa poderá vir a subsidiar os agentes públicos e as lideranças das organizações na elaboração de políticas públicas para as relações de gênero e questões ambientais em áreas de várzea no Amazonas.

As entrevistas a serem realizadas serão gravadas e sua participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento acerca da temática vislumbrando a busca de estratégias para enfrentamento da mesma. Os resultados da pesquisa serão devolvidos às mulheres da Ilha do Baixo e às organizações governamentais e não governamentais envolvidas e os dados coletados, após analisados, serão divulgados em Seminários, Congressos e na forma de publicações científicas.

Serão feitas entrevistas com moradores de Santa Luzia da Ilha do Baixo. Os entrevistados terão o direito a tirar qualquer dúvida sobre o andamento dos trabalhos com a pesquisadora Ana Gouvêa Bocchini, no telefone (92) 8108-0551, ou pelo e-mail anagouveab@gmail.com. Assim, como terá o direito de se retirar do estudo caso ache necessário.

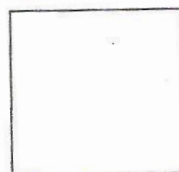
CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, Clarice Lima dos Santos entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

Clarice Lima dos Santos
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data 28/8/12

A. G. Bocchini
Assinatura da pesquisadora



Impressão do Polegar